

## O CARDEAL CEREJEIRA, FUNDADOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O discurso de D. Manuel Gonçalves Cerejeira na inauguração oficial da sede da Universidade Católica Portuguesa (UCP) em Lisboa, efectuada a 29 de Novembro de 1968, dia do seu 80.º aniversário, encerrou com este apelo:

«Termino dirigindo-me a todos os católicos de Portugal. Não teria autoridade para tanto, se a minha voz não recolhesse aqui presente a de todos os vossos Bispos.

Abri-vos o coração sobre um sonho da minha juventude, sobre um voto do Episcopado, tão velho como os meus 39 anos de Patriarca de Lisboa, sobre uma imperiosa necessidade da Igreja em Portugal, que se me afigura de salvação; entrego-vos, sonho, voto e necessidade, quase como um testamento; fiz tudo o que pude, com os meus Colegas no Episcopado, no que dependia de nós; a obra é vossa, quereis tomá-la nas vossas mãos?»<sup>1</sup>.

Universidade Católica — sonho e preocupação do cardeal Cerejeira, voto e responsabilidade do Episcopado, necessidade e tarefa solidária da Igreja em Portugal. A UCP nasceu da convergência destes binómios. Mas a acção do patriarca de Lisboa revestiu-se de importância tão decisiva no decorrer de todo o processo que ele bem merece o título de fundador da Universidade Católica Portuguesa.

Para redigir esta comunicação, utilizei vários estudos e fontes. Saliento os principais: as duas biografias do homenageado neste

---

<sup>1</sup> D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, *Inauguração da Universidade Católica Portuguesa*, em *Obras Pastorais*, VII (1964-1970), Lisboa, 1970, 251 e *Lumen*, 35 (1968) 811. O texto deste discurso está incompleto nas *Obras Pastorais*; começa no segundo apartado, intitulado «O que é a Universidade Católica?».

Colóquio escritas por Mons. Moreira das Neves<sup>2</sup>, jornais e revistas da época, livros e opúsculos do cardeal Cerejeira nomeadamente os sete volumes das suas *Obras Pastorais* e sobretudo as catorze caixas de documentação que Sua Eminência depositou no arquivo do UCP<sup>3</sup>. Para os últimos anos, servi-me também de recordações pessoais e de informações de outras pessoas ligadas à fundação da Universidade.

A exposição acompanha geralmente a sequência cronológica dos acontecimentos e está dividida em quatro partes correspondentes a outros tantos períodos: dos primeiros debates à instituição jurídica do Instituto Católico Português (1921-1944), do Instituto Católico Português à abertura da primeira Faculdade da Universidade Católica Portuguesa (1944-1967), da fundação ao reconhecimento oficial da Universidade Católica Portuguesa (1967-1971) e últimos anos do cardeal Cerejeira (1971-1977).

## **1. Dos primeiros debates à instituição jurídica do Instituto Católico Português (1921-1944)**

Este período está balizado por diversas intervenções preparatórias da criação da Universidade Católica: a apresentação de quatro documentos de Cerejeira (dois em 1922, um em 1926 e outro em 1932), o voto do Concílio Plenário Português em 1926 e a instituição jurídica, canónica e civil, do Instituto Católico Português em 1944.

### **1.1. Bases do Instituto Católico Português apresentadas por Cerejeira em Fevereiro de 1922**

O debate público sobre a criação de um Instituto Católico em Portugal principiou em 1921 no âmbito do Centro Católico Português, conforme anota por mais de uma vez o próprio cardeal Cerejeira<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> *O Cardeal Cerejeira, Patriarca de Lisboa, Lisboa, 1945-1948 e Cardeal Cerejeira — O Homem e a Obra, Lisboa, 1988.*

<sup>3</sup> *Arquivo do Cardeal Cerejeira sobre a Universidade Católica Portuguesa*, conservada na Reitoria da UCP e adiante designado pela sigla ACCUCP.

<sup>4</sup> O Patriarca de Lisboa D. José Sebastião Neto (183-1907) — refere o seu biógrafo e confrade franciscano — tentou elevar o curso teológico do Seminário de Santarém à categoria de Faculdade Eclesiástica ou «instituto

No I Congresso do Centro Católico do Patriarcado, efectuado em Lisboa a 30 de Janeiro de 1921<sup>5</sup>, o Doutor António Pereira Forjaz, professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, apresentou o projecto de um Instituto Católico em Lisboa, decalcado sobre o modelo do Instituto Católico de Paris<sup>6</sup>. Largamente ventilada pelos congressistas, a proposta veio a ser perfiçada pela Direcção do Centro Católico, sem carácter oficial, e recebeu também o apoio do nuncio apostólico Mons. Achille Locatelli<sup>7</sup>. O Dr. António Lino Neto, presidente do Centro Católico, era «o grande propugnador e propagandista da fundação do 'Instituto Catholico Português'», segundo testemunhava no final desse ano o arcebispo de Évora D. Manuel Mendes da Conceição Santos<sup>8</sup>.

O jovem lente universitário Gonçalves Cerejeira ocupou-se da questão pelo menos a partir de fins de 1921, data em que já tinha elaborado um texto programático intitulado «Bases do Instituto Católico Português». A 16 de Novembro enviou esse documento ao

---

Superior de Teologia que graduasse os seus alunos (...). Não o conseguiu, porém, por falta de número suficiente de lentes, superiormente habilitados» (FR. BARTOLOMEU RIBEIRO, *Cardial Neto — Esboço biográfico*, Braga, 1928, 53). Esta iniciativa é enquadrada às vezes na pré-história da Universidade Católica (N. N., *Universidade Católica Portuguesa, em Um século de cultura católica em Portugal*, Lisboa, 1984, 13 e JOSÉ MARIA DE ALMEIDA-PINHARANDA GOMES, *A Universidade Católica Portuguesa — Apontamentos para a sua pré-história* (4), em *Diário do Minho*, 9 de Janeiro de 1990). De facto, tratava-se de um projecto circunscrito a uma simples Faculdade de Teologia reservada a eclesiásticos.

<sup>5</sup> *A União*, órgão oficial do Centro Católico Português, n.º 48, 12 de Fevereiro de 1922, inteiramente dedicado ao Congresso. Na sua Memória sobre o Instituto Católico Português, apresentada ao II Congresso Nacional do Centro Católico a 30 de Abril de 1922, o Doutor Cerejeira, por lapso, situa o I Congresso do Centro Católico do Patriarcado em «Maio de 1921» (II, § 1, p. 5 do original dactilografado e localização correspondente nos textos impressos; cf. adiante notas 16 e 17).

<sup>6</sup> Texto completo em *A União*, n.º 49, 19 de Fevereiro de 1921, 4-6.

<sup>7</sup> D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, *Instituto Católico Português* (memorando impresso enviado aos Bispos de Portugal), Lisboa, 3 de Junho de 1932, 5.

<sup>8</sup> Carta de D. Manuel Mendes da Conceição Santos ao Doutor Gonçalves Cerejeira, de 26 de Dezembro de 1921, 2. Cf. ACCUCP, caixa 1 (*Documentação cronológica geral, 1922-1970*), pasta I (1922-1933). A carta é mesmo de 1921 apesar da data de 1922 inscrita pelo próprio Cardeal Cerejeira na caixa e na pasta supracitadas.

metropolitana eborense que lhe respondeu a 26 de Dezembro, depois de ter consultado o Dr. Lino Neto; «nas linhas geraes», dizia o prelado, «acho excellentes as bases do projecto»<sup>9</sup>.

A 8, 13 e 22 de Fevereiro de 1922 o diário católico de Lisboa *A Época* publicou três artigos anónimos sob o título comum de «A criação d'um Instituto Catholico em Portugal»<sup>10</sup>. O articulista prefere localizar o Instituto em Coimbra e, quanto à estrutura do mesmo, propõe outros pontos de vista que o Doutor Cerejeira irá também defender nesse mesmo ano em dois documentos diferentes. Todavia, apesar das semelhanças de conteúdo, os artigos não foram escritos pelo jovem professor de Coimbra, segundo informações do próprio jornal<sup>11</sup>.

Nos princípios de 1922 o debate já se tinha alargado bastante. O primeiro dos citados artigos de *A Época* abre mesmo com este exórdio: «O problema da criação em Portugal d'um Instituto Catholico identico aos Institutos e Universidades catholicas estrangeiras está preocupando vivamente alguns dos nossos Prelados e muitos dos mais prestigiosos catholicos militantes».

Foi neste momento que Cerejeira interveio na discussão pública. A 20 de Fevereiro o órgão oficial do Centro Católico Português, *A União*, publicou as «Bases do Instituto Catholico» de sua autoria<sup>12</sup>, como forma de preparação do II Congresso Nacional do Centro. Duas semanas mais tarde *A Época* divulgou também o mesmo texto<sup>13</sup>.

<sup>9</sup> Carta do arcebispo de Évora, citada na nota anterior. A data da carta de Cerejeira (de que não existe cópia no ACCUCP) é mencionada no início da resposta de D. Manuel Mendes da Conceição Santos.

<sup>10</sup> A., *A criação d'um Instituto Catholico em Portugal*, em *A Época*, dias 8, 13 e 22 de Fevereiro de 1922 (exemplares conservados no ACCUCP, caixa 1). Os três artigos estão assinados apenas com a letra A.

<sup>11</sup> Na edição de 24 de Fevereiro de 1922 um comentarista deste diário informa que «há um projecto feito por um dos nossos mais distintos professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [o] qual corresponde inteiramente à finalidade que o articulista de *A Época* assinala àquele alto estabelecimento de ensino» (p. 1, col. 3). É clara a distinção entre o redactor dos três artigos e o Doutor Cerejeira, autor do projecto, isto é, das Bases do Instituto Católico Português.

<sup>12</sup> *A União*, n.º 89, 20 de Fevereiro de 1922, 3-4.

<sup>13</sup> *A Época*, 7 de Março de 1922, 1. Estranhamente, o texto das «Bases do Instituto Católico Português» não figura no ACCUCP.

O documento contém vinte bases. Destaco as mais significativas.

O Instituto Católico ficaria sediado em Coimbra (base 4.<sup>a</sup>) e compreenderia, «como nucleo necessario de estudos, as Faculdades canónicas, de Filosofia, de Teologia e de Direito Canónico» (5.<sup>a</sup>) e, «com caracter de vulgarização, abertos a grande concorrência, (...) cursos publicos, como os de Apologetica, Filosofia Christã, C. Superior de Religião e outros» (6.<sup>a</sup>). Além disso, «quando seja possível criar-se-ão ainda Faculdades livres de Letras e Sciencias, e uma Escola Superior de Estudos políticos e sociais» (7.<sup>a</sup>).

A direcção superior do Instituto pertenceria aos Bispos do continente e ilhas adjacentes, que constituiriam o «Conselho Supremo» (11.<sup>a</sup>), sendo Cancelário o Bispo-Conde de Coimbra (12.<sup>a</sup>). Segundo o Doutor Cerejeira, preocupado com o nível científico do Instituto, «os Professores viverão exclusivamente do ensino e para o ensino» (16.<sup>a</sup>) e «deverão, em princípio, publicar as suas lições» (20.<sup>a</sup>). Finalmente, «o Instituto Catholico deverá publicar, pelo menos, uma Revista do Instituto Catholico Portuguez, que será o seu órgão e do pensamento catholico em Portugal» (19.<sup>a</sup>).

O documento do Doutor Cerejeira não tardou a ser apreciado pela hierarquia da Igreja. A 3 de Março de 1922 *A Época* anunciava que nesse dia se devia efectuar «a costumada reunião anual dos prelados portugueses» e, referindo-se às Bases escritas por Cerejeira, acrescentava: «É pois de esperar que o projecto da criação do Instituto Católico do Ensino Superior (...) seja por S. Ex. Rev.<sup>mas</sup> estudado e examinado como merece»<sup>14</sup>. A reunião episcopal realizou-se efectivamente no Patriarcado de Lisboa a 3 e 4 de Março, mas foi inconclusiva. O arcebispo de Mitilene, D. João Evangelista de Lima Vidal, leu «as Bases do Projecto do Instituto Católico, não se tomando nenhuma resolução a este respeito»<sup>15</sup>.

#### 1.2. Memória do Doutor Cerejeira apresentada ao Congresso do Centro Católico em Abril de 1922

O II Congresso Nacional do Centro Católico Português efectuou-se em Lisboa a 29 e 30 de Abril de 1922. Além das Bases já mencionadas, o Doutor Cerejeira elaborou para o Congresso uma

<sup>14</sup> *A Época*, 3 de Março de 1922, 1.

<sup>15</sup> Transcrição da acta desta reunião, feita por Cerejeira em apontamento manuscrito do seu arquivo (ACCUCP, caixa 1, pasta I).

bem estruturada memória sobre o Instituto Católico. O jornal do Centro, *A União*, publicou-a por inteiro logo no dia 6 de Março para melhor conhecimento dos Congressistas<sup>16</sup>. A memória foi apresentada ao Congresso no dia 30 de Abril e o diário *A Época* transcreveu-a integralmente na primeira página da edição de 1 de Maio sob o título «Uma questão nacional»<sup>17</sup>.

O documento consta de três partes: necessidade, organização e sede do Instituto Católico Português.

A criação do Instituto baseava-se nas directivas do cânon 1379 § 2 do Código de Direito Canónico de 1917, que recomendava a fundação de universidades católicas nos países em que o ensino universitário oficial não estivesse imbuído do espírito e da doutrina católica. E inseria-se também na linha de tradição da Igreja, que «foi sempre de promover a criação de centros de actividade científica, donde a luz da sua verdade irradiasse para todos os espíritos». Nas circunstâncias concretas de Portugal a fundação do Instituto tornava-se urgente como forma de superar a laicização descristianizadora da I República nomeadamente pelas suas reformas no domínio da instrução. Essa tarefa, esclarece o relator, «tem de começar pela alta formação intelectual da elite eclesiástica», que o Colégio Português de Roma por si só não podia garantir devido à sua frequência limitada. Para isso, continua, os seminários de teologia do País deviam ser reduzidos a um mínimo de cinco, como «prólogo da fundação do Instituto Católico. Este deve ser a grande oficina do pensamento católico em Portugal, onde todos os problemas do presente sejam estudados profundamente à luz da Doutrina Católica». Por outro lado, «além da formação do alto clero, há que empreender uma intensa e extensa acção de superior educação intelectual católica», pois «um dos maiores males que aflige em Portugal o mundo da inteligência é a sua crassa ignorância religiosa».

---

<sup>16</sup> *A União*, n.º 90, 6 de Março de 1922, 14.

<sup>17</sup> *Uma questão nacional — Necessidades do Instituto Catholico Portuguez*, em *A Época*, 1 de Maio de 1922 (exemplar conservado no ACCUCP, caixa 1). O original dactilografado desta memória, de 11 páginas, encontra-se também no ACCUCP (caixa 1, pasta I). *A Época* acrescenta um pormenor de reportagem: o trabalho de Cerejeira foi lido pelo Doutor Mário de Figueiredo «por o relator se encontrar bastante rouco e impossibilitado de o fazer ...».

A necessidade do Instituto Católico era quase uma evidência para os seus defensores. As divergências apareciam quanto à sua estrutura e localização.

Cerejeira discorda do modelo proposto pelo Doutor Pereira Forjaz no Congresso do Centro Católico de 1921. Esse projecto estava decalcado sobre o Instituto Católico de Paris e preconizava a existência de Faculdades civis ao lado das Faculdades eclesiásticas. O jovem professor de Coimbra considera inviável tal esquema. A legislação republicana não permitia o estabelecimento de Faculdades eclesiásticas, impunha o monopólio do Estado para as civis e proibia o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino particular. Assim, não haveria alunos nem docentes para um ensino ministrado sem possibilidade de colação de diplomas. Uns e outros depressa se convenceriam da inutilidade prática de tal ensino e deixariam de se aplicar ao seu trabalho com regularidade e perseverança. Por outro lado, a Igreja em Portugal não dispunha de recursos para bibliotecas, gabinetes, laboratórios e outros equipamentos das várias Faculdades.

Para o Doutor Cerejeira, «nas presentes circunstâncias, o Instituto Católico Português só poderá existir sobre uma base eclesiástica: quanto às Faculdades essenciais (altos estudos eclesiásticos) e quanto à frequência garantida de alunos vindos dos seminários teológicos». Deste modo, o Instituto realizaria «essencialmente os fins da sua instituição», a saber: contornava a proibição do ensino religioso nos estabelecimentos particulares por se lhe atribuir o estatuto legal dos seminários maiores cuja organização não era da competência do Estado; promoveria o alto ensino católico por meio das Faculdades eclesiásticas; e satisfaria «a necessidade mais urgente da reforma católica em Portugal — a alta formação eclesiástica». Além disso, realizaria «indirectamente os fins dum Instituto como o de Paris — de difusão e penetração católica do pensamento contemporâneo nos meios intelectuais leigos», quer «pela permissão da matrícula nos seus cursos canónicos aos que, mesmo leigos, devidamente o requeiram», quer «pelos seus cursos públicos de conferências, abertos à grande concorrência, nos quais se estudarão com carácter de vulgarização os problemas mais urgentes e actuais», quer por meio de uma Revista e «da publicação obrigatória dos trabalhos dos professores». Finalmente, o Instituto prepararia «a criação duma futura Universidade Católica». Cerejeira aborda esta perspectiva sem rodeios: «Se é hoje um ideal irreali-

zável, pode-se porém alimentar a esperança que o nosso País ainda chegue algum dia a ser um país ... civilizado. Nesse dia fatalmente nos será reconhecida a liberdade e egualdade de ensino em todos os graus. Será então o momento de criar a Universidade Católica». Este sonho profético levaria quase meio século a realizar.

O terceiro ponto da memória trata da sede do Instituto Católico Português. Também aqui os pareceres se dividiam. O Doutor Pereira Forjaz, a Direcção do Centro Católico e o nuncio apostólico Mons. Achille Locatelli optavam por Lisboa<sup>18</sup>. Mas as cidades de Coimbra, Porto e Braga eram igualmente apontadas<sup>19</sup>. O Doutor Cerejeira limitou-se a apreciar as candidaturas de Lisboa e de Coimbra. Para ele, nessa altura — quatro anos depois defenderá outra opinião<sup>20</sup> — a Lusa Atenas estava naturalmente indicada para sede do Instituto pelas seguintes razões: a tradição universitária, a fisionomia espiritual e o convívio intelectual do seu meio universitário, a continuidade do ensino da Teologia, a facilidade da instalação dos alunos do Instituto no Seminário Maior em regime de Seminário Universitário e a localização central de Coimbra em relação ao conjunto do País.

Na sequência do seu trabalho, o orador enviou para a mesa a seguinte moção que, depois de inserida nas conclusões do Congresso, foi aprovada por unanimidade como 10.<sup>a</sup> conclusão: «O Congresso, reconhecendo a necessidade da fundação urgente de um Instituto Superior de Estudos Religiosos para o clero e para os catholicos portuguezes, sujeita à consideração do Venerando Episcopado portuguez o projecto apresentado ao Congresso e faz votos pela sua próxima realização»<sup>21</sup>.

A exposição do Doutor Cerejeira ao Congresso do Centro Católico de 1922 constituiu uma etapa significativa na fase inicial de amadurecimento do projecto do Instituto Católico Português. A sua proposta de criação do Instituto foi assumida oficialmente pela

---

<sup>18</sup> D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, *Instituto Católico Português* (memorando impresso enviado aos Bispos de Portugal), Lisboa, 3 de Junho de 1932, 5.

<sup>19</sup> A., *A criação d'um Instituto Catholico em Portugal*, em *A Época*, 22 de Fevereiro de 1922, 1.

<sup>20</sup> Cf. texto correspondente à nota 24.

<sup>21</sup> *Congresso do Centro Catholico — Conclusões*, em *A Época*, 1 de Maio de 1922, e *A União*, n.º 97 (por lapso está impresso 96), 29 de Maio de 1922, 14-15.

principal organização político-social da Igreja. E a partir daí muitos começaram a apontar o jovem professor de Coimbra como o futuro reitor do Instituto<sup>22</sup>.

### 1.3. Voto do Concílio Plenário Português de 1926

O Concílio Plenário Português celebrou-se em Lisboa de 24 de Novembro a 3 de Dezembro de 1926 com a participação de 22 prelados e de 44 teólogos e consultores.

O Doutor Gonçalves Cerejeira ainda não era bispo nem foi nomeado consultor e por isso não esteve presente. Mas enviou outra memória sobre o Instituto Católico a alguns prelados do Concílio. Este documento já não existe<sup>23</sup>. Mas quanto à sede, esclarece o próprio autor num texto de 1932, «no relatório que sobre o assunto enviei a alguns Ex.<sup>mos</sup> Prelados por ocasião do Concílio Nacional, em 1926, já não me atrevi, para não faltar à minha consciência, a defender que o Instituto fosse localizado em Coimbra: deixei a questão em aberto, apontando apenas as razões em favor de cada um das duas cidades, Lisboa e Coimbra, sem me pronunciar. Mas os meus íntimos sabiam que nessa altura eu, se tivesse que dar o meu voto, seria por Lisboa»<sup>24</sup>.

O Concílio Plenário abordou o problema do Instituto Católico e no n.º 138 das suas normas tomou a seguinte deliberação: «O Concílio, secundando gostosamente o desejo da Igreja (cân. 1379 § 2), decreta que se funde, quanto antes, uma escola superior católica ou Instituto católico»<sup>25</sup>. A decisão era firme, como sublinhava o termo «decretar», mas não fornecia indicações sobre a estrutura e a localização do Instituto. Todavia, segundo informação

---

<sup>22</sup> D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, *Instituto Católico Português*, Lisboa, 1932, 3.

<sup>23</sup> Em meados de 1932 o patriarca de Lisboa reconhece: «Não consegui encontrar, apesar de muito a ter procurado, a tal *Memoria* apresentada ao Concílio de 1926» (carta ao bispo de Coimbra, de 11 de Junho, cuja cópia se conserva no ACCUCP, caixa 1, pasta I). A Memória deve-se ter extraviado na mudança de D. Manuel Gonçalves Cerejeira de Coimbra para Lisboa em 1928.

<sup>24</sup> D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, *Instituto Católico Português*, Lisboa, 1932, 5

<sup>25</sup> *Concílio Plenário Português (MCMXXVI), Pastoral Colectiva — Decretos — Apêndice (Documentos)*, edição portuguesa oficial, Lisboa, 1931, 73.

posterior o bispo-conde de Coimbra D. Manuel Coelho da Silva, os padres conciliares resolveram por unanimidade que o Instituto fosse fundado em Coimbra<sup>26</sup>.

Para que o voto do Concílio não resultasse ineficaz, o Episcopado nomeou uma Comissão de prelados incumbida de dar seguimento ao projecto e da qual foi designado relator o bispo-conde de Coimbra. Os apontamentos manuscritos do arquivo do cardeal Cerejeira sobre a UCP assinalam intervenções da Comissão em três assembleias episcopais, a 13 de Março e a 22 de Agosto de 1928 e a 22 de Janeiro de 1929. Na segunda o Bispo-Conde propôs se instasse pela instituição canónica do Instituto Católico<sup>27</sup>.

Entretanto, o Doutor Cerejeira tinha sido ordenado arcebispo de Mitilene e auxiliar de Lisboa a 27 de Junho de 1928. Ignoro se chegou a ser agregado à Comissão. Mas a sua elevação a patriarca de Lisboa a 18 de Novembro de 1929 veio atribuir-lhe a responsabilidade principal no encaminhamento do processo da fundação do Instituto Católico.

Nessa qualidade foi ele o primeiro signatário da Pastoral colectiva do Episcopado para a publicação oficial do Concílio Plenário Português, datada de 13 de Julho de 1930<sup>28</sup>. Esse documento esclarece que o futuro Instituto «não seria simplesmente uma faculdade teológica» mas «um estabelecimento de alta cultura intelectual, que sirva de educar e formar um escol da mentalidade católica», e informava que os «Prelados têm da sua parte trabalhado bastante para aplanar o caminho e obter da Santa Sé os competentes privilégios e regalias»<sup>29</sup>.

O Episcopado continuou a debater o assunto principalmente a respeito da estrutura e da sede do Instituto. Numa assembleia episcopal de 1931 continuou a prevalecer a opção de Coimbra<sup>30</sup>. Mas em conferência análoga efectuada no Luso a 6 e a 7 de Abril de 1932, conforme registou nas suas notas o patriarca de Lisboa, o Bispo-Conde permitiu generosamente que de novo se pusesse o pro-

---

<sup>26</sup> Carta (impressa) de D. Manuel Luís Coelho da Silva ao patriarca de Lisboa e a todos os Bispos de Portugal, de 3 de Maio de 1932, 1 (ACCUCP, caixa 1, pasta I).

<sup>27</sup> ACCUCP, caixa 1, pasta I.

<sup>28</sup> *Concílio Plenário Português (MCMXXVI), Pastoral Colectiva — Decretos — Apêndice (Documentos)*, XLIII.

<sup>29</sup> *Op. cit.*, XXVIII.

blema para se lhe dar a melhor solução nesse momento<sup>31</sup>. Nesta conformidade, Cerejeira foi mandatado para reunir os pareceres dos Colegas sobre a finalidade e a localização do Instituto.

#### 1.4. Opúsculo do cardeal Cerejeira de 1932 sobre o Instituto Católico Português

O jovem Cardeal escreveu para o efeito um opúsculo intitulado *Instituto Católico Português*, com data de 3 de Junho do mesmo ano, que teve pouca difusão por ser um memorando ou relatório destinado aos demais prelados. Não se limitou a redigir o questionário nem a dar conta dos quatro pareceres entretanto recebidos, mas expôs a sua opinião sobre as duas questões numa vintena de páginas de muita densidade e clareza<sup>32</sup>.

Quanto à *finalidade*, Cerejeira mantém as duas apontadas na memória ao Congresso do Centro Católico de 1922, a saber: «superior formação intelectual do Clero» e «acção de extensão e penetração do pensamento católico nos meios intelectuais leigos». O primeiro objectivo «seria realizado por uma grande Faculdade de Ciências Eclesiásticas (Filosofia, Teologia e Direito) — que, como complemento de formação moral, deveria ter anexo um Seminário universitário». O outro «fim seria realizado subsidiariamente e subordinadamente ao primeiro, por meio de cursos públicos de vulgarização, séries de conferências e publicações científicas» (p. 3).

Mas em 1932 o Cardeal reconhece «como essenciais e urgentes, mais os seguintes fins: formação científica e pedagógica do professorado do Curso preparatório dos Seminários e, possivelmente, dos nossos colégios e escolas cristãs» (p. 3) e «integração do Instituto na Acção Católica Portuguesa, como órgão orientador, coordenador e animador de pelo menos as principais secções nacionais, como ensino, imprensa, propaganda» (pp. 3-4). A terceira finalidade exigia «a criação duma Faculdade de Letras, de pelo menos uma Secção de Ciências e duma Escola Normal» e «o quarto fim seria atingido fazendo do Instituto a Sede Central da Acção Católica, com secretariados para as principais secções com que ela se orga-

<sup>30</sup> Notas manuscritas do cardeal Cerejeira extraídas da acta da assembleia do Luso de 6-7 de Abril de 1932 (ACCUCP, caixa 1, pasta I).

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, *Instituto Católico Português* (memorando impresso), Lisboa, 3 de Junho de 1932, 24 págs.

nizar»» (p. 4). O patriarca de Lisboa acrescenta que, para actuar mais eficazmente sobre a opinião pública, o Instituto devia estar em contacto com a grande imprensa diária e «ser provido dum bom posto emissor, que se ouvisse em todo o país» (p. 12). D. Manuel fundamentava essa sugestão inovadora — quatro anos antes da abertura da Emissora Católica Portuguesa Rádio Renascença — no exemplo do papa Pio XI que tinha inaugurado a Rádio Vaticano em 1931.

O modelo de Instituto defendido agora por Cerejeira era bem mais amplo que em 1922. No plano eclesial, reconhecia «a necessidade da organização dum ensino laical» — deixando a extensão universitária católica de «ser uma função do ensino propriamente eclesiástico: portanto, subsidiária e subordinada a este» (p. 20) — e fazia do Instituto «a cúpula das diversas organizações da Acção Católica», pois em seu entender «todo o ensino deve estar intimamente ligado à vida católica portuguesa» (p. 5). No plano académico, o patriarca de Lisboa avançava para o estabelecimento de Faculdades civis e assim abria cominho à fundação de uma verdadeira Universidade Católica que em 1922 não se lhe afigurava exequível por impedimentos legais. O novo clima político do País parecia abrir perspectivas mais favoráveis nesse sentido.

O segundo ponto do inquérito aos Prelados referia-se à *localização do Instituto*. D. Manuel confirma a sua mudança de opinião, que já vinha pelo menos de 1926, e opta claramente por Lisboa. Mas confessa que esta mudança fora para ele, «a bem dizer, dramática. Estava ligado a Coimbra, pelo espírito, pelo coração e até pelo interesse, como professor da sua Universidade, que nada me fazia prever teria de abandonar um dia» (p. 5). E aponta as razões que o levaram a modificar o seu parecer: «a convicção da decadência inevitável de Coimbra como a capital do espírito» (p. 6); «a importância cada vez maior da Universidade de Lisboa» (p. 7), valorizada pelas academias, museus, bibliotecas e arquivos da capital; «as condições únicas de Lisboa para uma larga acção de extensão universitária católica» (p. 9) pelo seu meio cultural, o seu numeroso público e a grande imprensa diária; «a observação e o exemplo do que se tem passado no estrangeiro, especialmente no mundo latino» (p. 13); e «a finalidade do Instituto» (p. 15), agora com quatro vertentes. Em suma, conclui, «a actuação fora de Lisboa arrisca-se sempre a ficar local; em Lisboa torna-se facilmente nacional» (p. 10); por isso «o Instituto Católico, para ter toda a

sua eficiência e corresponder às condições e necessidades da vida moderna, devia ser fundado em Lisboa» (p. 18).

Além disso, a respeito da *concretização do projecto* do Instituto, o Patriarca adianta já uma previsão e admite que «se poderia, dentro de um ano talvez, pôr a funcionar pelo menos a Faculdade de Teologia» (p. 20), no palácio dos Olivais<sup>33</sup>. Os outros estudos — as lições de extensão universitária teológica e doutrinal e os cursos de Letras, Ciências, Pedagogia e até de Ciências Sociais — «poderiam facilmente instalar-se no edifício anexo ao Patriarcado» (p. 21), onde hoje estão sediados alguns serviços da Conferência Episcopal.

O arquivo do cardeal Cerejeira sobre a UCP regista dez *respostas dos outros prelados*<sup>34</sup>. Os cinco restantes (nessa data havia apenas 16 dioceses no País) não terão julgado necessário apresentar de novo o seu parecer provavelmente por já o terem feito na assembleia do Luso.

Acerca da finalidade do Instituto, três prelados apoiam integralmente os quatro objectivos indicados no relatório de D. Manuel, outros três admitem-nos nas suas linhas gerais e um refere-se apenas à necessidade de providenciar quanto à formação dos professores dos seminários de preparatórios. Houve dois que não responderam à pergunta e um exprimiu-se em termos pouco claros. Mas ninguém rejeitou o modelo de Instituto delineado pelo Patriarca.

Os pareceres sobre a localização também manifestam divergências. A opinião de um prelado é duvidosa e outro aceita Coimbra ou Lisboa consoante o modelo de Instituto escolhido. Um indicou Braga e dois mantiveram a hipótese de Coimbra. Mas os cinco restantes optaram decididamente por Lisboa.

A preferência por Coimbra era defendida pelo bispo local D. Manuel Coelho da Silva (mas não pelo seu coadjutor, D. António Antunes, que lhe sucedeu em 1936), e pelo da Guarda, o historiador D. José Alves Matoso. A estes veio juntar-se na mesma ocasião o

<sup>33</sup> O palácio dos Olivais, adquirido pouco antes pelo Patriarcado, tinha começado a funcionar como Seminário Menor nesse ano lectivo. A inauguração oficial do Seminário efectuou-se a 1 de Novembro de 1931. Cerejeira publicou uma breve nota, a anunciar o acontecimento no dia 29 de Outubro: *A inauguração do Seminário dos Olivais*, em *Obras Pastorais*, I (1928-1935), Lisboa, 1936, 345-346.

<sup>34</sup> ACCUCP, caixa 1, pasta I.

Centro Académico de Democracia Cristã (C.A.D.C.) da Lusa Atenas. A 13 de Junho de 1932 a Direcção deste organismo enviou uma exposição ao Núncio Apostólico e ao Cardeal Patriarca sobre vários aspectos da pastoral universitária. O último ponto abordado era o do Instituto. A Direcção pede «que não se adie por mais tempo a criação dum Instituto Católico, votada unanimemente no Concílio Plenário de Lisboa, e que esta se faça em Coimbra como então foi resolvido» e fundamenta ainda o seu pedido «na série de interessantes artigos que o ilustre Professor Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos tem publicado no *Correio de Coimbra*»<sup>35</sup> e no facto de Coimbra ser «a única cidade universitária que tem a vida interna académica devidamente organizada» e «também a única que possui um Seminário dispondo das melhores condições para que a seu lado se ergam as dependências necessárias para um Instituto Superior de Estudos Religiosos, ainda para mais situado em pleno meio escolar e universitário»<sup>36</sup>.

Por sua vez, a opção de Braga foi apresentada pelo arcebispo primaz D. Manuel Vieira de Matos em carta de 12 de Agosto de 1932. Em seu entender, o clima religioso e o ambiente sossegado da cidade e até o admirável cenário natural da região, bem como os «amplos recursos que esta cidade e Arquidiocese poderia proporcionar em pessoas, dinheiro e prédios para a condigna instalação dos serviços do Instituto» e ainda a existência de um apreciado museu na Sé e de uma boa biblioteca municipal — tudo isso indicava «dever-se preferir a cidade de Braga a qualquer outra»<sup>37</sup>. D. Manuel Vieira de Matos faleceu no mês seguinte, a 28 de Setembro, e estava longe de imaginar que a Universidade Católica Portuguesa iria nascer em Braga 35 anos mais tarde, em 1967.

#### 1.5. Instituição jurídica do Instituto Católico Português (1944)

«1932 — O Episcopado vota definitivamente por Lisboa», anotou o cardeal Cerejeira nos apontamentos do seu arquivo<sup>38</sup>.

<sup>35</sup> A. DE VASCONCELOS, *Instituto Católico Português*, em *Correio de Coimbra*, de 14, 21 e 28 de Maio e de 4 de Junho de 1932. Cerejeira conservou estes quatro números no seu arquivo: ACCUCP, caixa 11 (*Imprensa*).

<sup>36</sup> ACCUCP, caixa 1, pasta I. Citações tiradas do ponto n.º 5, 4.

<sup>37</sup> ACCUCP, caixa 1, pasta I.

<sup>38</sup> ACCUCP, caixa 1, pasta I (em folha manuscrita sem numeração) e ainda na pasta V (na p. 7 de um pequeno bloco de notas manuscritas).

Mas o passo seguinte só foi dado onze anos depois. «Por deliberação do Episcopado Português, tomada na Congregação Plenária de 11, 12 e 13 de Dezembro de 1943, foi canonicamente erecto um Instituto Superior de Cultura Religiosa, destinado à formação do clero, ao ensino superior das ciências eclesiásticas e à difusão da cultura católica com a denominação de *Instituto Católico Português*» e com sede em Lisboa, no Campo dos Mártires da Pátria, n.º 45 (no Patriarcado), durante o período de instalação<sup>39</sup>.

Após comunicação do Patriarcado, feita a 26 de Maio de 1944, o Instituto Católico Português foi registado no Governo Civil de Lisboa no dia 29 seguinte como pessoa colectiva eclesiástica nos termos do n.º 2 do artigo III da Concordata entre Portugal e a Santa Sé de 1940. Deste modo, o Instituto adquiriu também personalidade jurídica civil através da qual ficou habilitado a receber e a gerir doações destinadas à futura Universidade Católica. O património da UCP começou então a formar-se, muito antes da planificação dos seus cursos e Faculdades.

Durante estes onze anos nada mais se fez, creio eu, com vista à criação efectiva da Universidade Católica.

Em primeiro lugar, por motivos internos da Igreja, como D. Manuel explicou ao menos duas vezes, em 1963<sup>40</sup> e em 1968<sup>41</sup>. Foi preciso dar prioridade à reorganização ou construção de seminários, ao estabelecimento da Acção Católica (fundada em 1932 e estruturada em sólidas bases orgânicas no ano seguinte), à reconstrução ou levantamento de numerosas igrejas, à educação cristã e à renovação da pastoral em geral. A explicação será válida até perto dos anos sessenta quando se iniciaram os primeiros passos na concretização do projecto da Universidade Católica.

A estas motivações acrescia uma forte razão exterior à Igreja, a saber: o predomínio de uma concepção monopolista do Estado no campo do ensino em largos e influentes sectores da sociedade portuguesa. Essa mentalidade estatística interpretava numa linha

---

<sup>39</sup> Elementos colhidos num memorando do ACCUCP, caixa 2 (*Estudos e trabalhos jurídicos, Autoridades públicas, Santa Sé*).

<sup>40</sup> Entrevista ao jornal da J. U. C. *Encontro*, Janeiro de 1963, transcrita nas *Obras Pastorais*, VI (1960-1963), Lisboa, 1964, 311.

<sup>41</sup> Na *inauguração da Universidade Católica Portuguesa*, em *Lumen*, 35 (1968) 807. O texto deste notável discurso está incompleto nas *Obras Pastorais*; começa no segundo apartado, intitulado «O que é a Universidade Católica?».

muito restritiva o artigo 44.º da Constituição de 1933, segundo o qual «é livre o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização deste e podendo ser por ele subsidiadas, ou oficializadas para o efeito de concederem diplomas quando os seus programas e categoria do respectivo pessoal docente não forem inferiores aos dos estabelecimentos oficiais similares». O mesmo critério de leitura se aplicava ao n.º 1 do artigo XX da Concordata de 1940, que retomou aquele preceito da Constituição em relação às escolas da Igreja.

## **2. Do Instituto Católico Português à abertura da primeira Faculdade da Universidade Católica Portuguesa (1944-1967)**

### **2.1. Intervenções doutrinárias do cardeal Cerejeira sobre a Universidade Católica (1946-1963)**

A 2 de Setembro de 1946, no decorrer da sua segunda viagem ao Brasil, o cardeal Cerejeira proferiu uma notável conferência na inauguração da Universidade Católica de S. Paulo sob o título *Da Universidade de Coimbra à Universidade Católica*, que depois repetiu no Rio de Janeiro no auditório do Ministério da Educação<sup>42</sup>. Na parte que por agora nos interessa — a segunda, sobre a Universidade Católica — D. Manuel sublinha a necessidade da presença do Evangelho no âmbito da cultura superior para actuar nela como fermento de vitalização. As Universidades do Estado em quase todos os países latinos, observa, «não só não fornecem aos alunos, ao nível da sua cultura, aquelas verdades eternas que podem dar-lhes o sentido da vida, mas só pelo facto de não as fornecerem inculcam que elas não são necessárias»<sup>43</sup>. Daí, a urgência da Universidade Católica que «tem justamente a missão de refazer a unidade da cultura moderna, evitando que a consciência se dissolva no cepticismo moral»<sup>44</sup>. O Brasil, acrescentou o Patriarca, já se tinha antecipado a Portugal ao fundar a Universidade Católica de S. Paulo.

No início dos anos cinquenta vários sectores da opinião católica pronunciaram-se com insistência pelo rápido cumprimento do decreto do Concílio Plenário de 1926, que parecia transformar-se

---

<sup>42</sup> *Obras Pastorais*, III (1943-1947), Lisboa, 1947, 113-116.

<sup>43</sup> *Op. cit.*, 121.

<sup>44</sup> *Op. cit.*, 126.

em mero voto platónico. A intervenção mais destacada neste sentido foi a do I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica (JUC e JUCF), celebrado em Lisboa de 15 a 19 de Abril de 1953. O Congresso votou a seguinte conclusão (32.<sup>a</sup>): «É indispensável criar em Portugal uma Universidade Católica, com as Faculdades e Institutos que a Hierarquia houver por bem considerar necessários à defesa e ao desenvolvimento da cultura superior católica, que entre nós está longe de atingir a altura requerida pelas tradições cristãs do País e pelas graves exigências da sociedade contemporânea»<sup>45</sup>. A 33.<sup>a</sup> conclusão acrescentava que, independentemente da fundação de uma Universidade Católica, urgia pôr termo à absoluta ausência de ensino religioso nas Universidades do Estado. O cardeal Cerejeira presidiu à sessão de encerramento do Congresso. Na alocução final sublinhou também «a ausência, na instituição universitária, d'Aquele que tem as palavras da vida eterna» e considerou o Congresso como «um acontecimento histórico na vida nacional» e «um prenúncio dessa Universidade nova de que tanto se falou durante estes dias»<sup>46</sup>.

A 29 de Novembro de 1956, na sua costumada saudação anual ao clero do Patriarcado, D. Manuel fez um importante discurso sobre *A situação da Igreja em Portugal*. Não citou explicitamente a questão da Universidade Católica. Mas tinha-a decerto no pensamento quando, referindo-se ao artigo 44.º da Constituição, observou que o ensino particular em geral «não viu ainda realizadas as perspectivas previstas de poder ser subsidiado e oficializado, e está sujeito a uma fiscalização que tem muito de estreita regulamentação. É ainda o nosso País neste aspecto um dos mais estatistas»<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> *Conclusões e votos do Congresso da J.U.C.*, em *Lumen*, 17 (1953) 452-457.

<sup>46</sup> *Juventude nova!*, em *Obras Pastorais*, IV (1948-1953), Lisboa, 1954, 337-341. Transcrição tirada da p. 337. — Cerejeira exprimiou-se de maneira semelhante em relação às Semanas Sociais Portuguesas organizadas pela Acção Católica Portuguesa em 1940, 1943, 1948 e 1952 (J. PINHARANDA GOMES, *Os Congressos Católicos em Portugal*, Lisboa, 1984, 80-84). No encerramento da segunda, efectuada em Coimbra, «ou em sentido figurado, ou em sentido real, afirmou que aquelas Semanas eram já uma universidade católica, embora ainda por institucionalizar» (N. N., *A Universidade Católica Portuguesa*, em *Um século de cultura católica em Portugal*, Lisboa, 1984, 15).

<sup>47</sup> *Obras Pastorais*, V (1954-1959), Lisboa, 1960, 176. O texto completo abrange as páginas 159-178.

O Patriarca voltou a pronunciar-se sobre a Universidade Católica em duas entrevistas dos anos sessenta: em 1961, à revista *Perspectivas*, da Liga Universitária Católica Feminina<sup>48</sup>, e em 1963, ao jornal *Encontro* da Juventude Universitária Católica<sup>49</sup>.

Em estilo directo, próprio do género literário adoptado, Cerejeira prestou oportunos esclarecimentos sobre a legitimidade e a necessidade da Universidade Católica e a sua função de complementaridade em relação às Universidades do Estado. Legitimidade, a partir da missão divina da Igreja de ensinar todos os povos e também como expressão da «liberdade de ensino em todos os graus»; de facto, anota, «não são lógicos os democratas que recusam à Igreja a liberdade de ensino; negando-o à Igreja, matam o princípio que defendem». Necessidade, para corresponder «às exigências intelectuais e afectivas daqueles que recebem uma instrução superior», pois, acrescenta com ironia e verdade, «há aí muito doutor que, a respeito da religião, ficou sempre menino das primeiras letras». Complementaridade, mesmo eventualmente em Faculdades com o mesmo nome como Direito e Letras, porque «o espírito seria diferente, embora não necessariamente contraditório», e prolongaria o estudo dessas disciplinas «até à sua raiz e à sua culminação metafísica e religiosa». Finalmente, a concluir a entrevista, Cerejeira acrescenta um argumento suplementar: «este novo Instituto Superior virá redimir Portugal do facto desprestigiante para a cultura nacional — de ser o único país na Europa que não tem uma Universidade Católica ...»<sup>50</sup>.

Paralelamente a este esforço de clarificação doutrinal, o cardeal Cerejeira, desde meados dos anos cinquenta, lançou também com

<sup>48</sup> *Sobre a Universidade Católica de Lisboa, em Perspectivas*, ano I, 1961, n.º 4 (Outubro-Dezembro), transcrita nas *Obras Pastorais*, VI (1960-1963), Lisboa, 1964, 305-308. A designação «de Lisboa» nunca aparece nas respostas do cardeal Cerejeira; deve ser da responsabilidade da Revista.

<sup>49</sup> *História e problemática da ideia da Universidade da Igreja em Portugal*, em *Encontro*, ano VIII, 1963, Janeiro, transcrita em *op. cit.*, 309-323.

<sup>50</sup> *Op. cit.*, 314, 313-314, 314, 321, 322 e 323, respectivamente. O Cardeal retomou as linhas fundamentais desta argumentação em três documentos posteriores: Pastoral Colectiva do Episcopado sobre a Universidade Católica (16 de Janeiro de 1965), alocução na bênção da primeira pedra da sede central da UCP em Lisboa (29 de Junho de 1967) e discurso de inauguração oficial da referida sede (29 de Novembro de 1968), *Lumen*, 29 (1965) 8-12, *Obras Pastorais*, VII (1964-1970), Lisboa, 1970, 229-235 e *Lumen*, 35 (1968) 807-811 e *Obras Pastorais*, VII, 241-251, respectivamente.

persistência as primeiras bases da concretização do velho projecto da Universidade Católica.

Questão prévia a considerar foi saber se a Faculdade de Teologia devia surgir pela via da sua restauração — ou da reabertura das suas matrículas<sup>51</sup> — na Universidade de Coimbra.

## 2.2. Propostas de restauração da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (1953-1963)

O problema do recomeço da Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra levantou-se bastantes vezes na Lusa Atenas durante os últimos cinquenta anos.

A primeira ocorreu em 1939 quando era Reitor o Doutor António Luís de Moraes Sarmiento. Nesse ano, «foi-lhe officiosamente solicitado da parte da Hierarquia Católica que a Universidade propusesse a restauração da sua Faculdade de Teologia. Prometeu o Doutor Moraes Sarmiento tomar essa iniciativa logo que lhe parecesse que todo o Senado Universitário a julgava oportuna. Infelizmente, pouco durou o seu esperançoso reitorado, pois faleceu em Agosto de 1941»<sup>52</sup>. Não pude obter informações complementares

---

<sup>51</sup> Na verdade, a Faculdade de Teologia de Coimbra não foi extinta formalmente pela I República em 1910, mas apenas de forma indirecta. Como anota a moção do Senado Universitário de Coimbra de 27 de Outubro de 1960, solicitando a reabertura da Faculdade de Teologia, «nem mesmo quando a situação política do país facilitava medidas de violência contra esta Universidade houve coragem de extinguir simplesmente essa Escola carregada de tradições e de serviços à cultura europeia, pois o Decreto de 23 de Outubro de 1910 apenas mandava no seu Artigo 1.º que fossem anuladas as matrículas efectuadas no 1.º ano dessa Faculdade, enquanto o Artigo 2.º permitia que os alunos do 2.º, 3.º, 4.º e 5.º anos pudessem concluir o curso, sem qualquer prazo estabelecido, razão porque ainda em 1912 obtiveram o grau de bacharel 11 escolares de Teologia, entre os quais o actual Cardeal Patriarca de Lisboa, Sua Eminência o Doutor D. Manuel Gonçalves Cerejeira, e só de facto, que não de direito, se veio a suprimir o seu funcionamento, falando-se já da 'extinta Faculdade de Teologia' quando ela tinha ainda professores em exercício e alunos regularmente matriculados». O texto desta moção figura no ACCUCP, caixa 1, pasta IV (1960-1965).

<sup>52</sup> Carta do Reitor da Universidade de Coimbra, Doutor A. J. de Andrade Gouveia, ao cardeal prefeito da Congregação dos Seminários e Universidades, de 23 de Novembro de 1963, p. 2. Uma cópia desta carta figura no ACCUCP, caixa 2, pasta de «Correspondência com a Santa Sé (1953-1972)».

desta notícia, designadamente sobre o autor ou autores de tal diligência junto do Reitor da Universidade.

Nos anos cinquenta o ambiente universitário de Coimbra era propício à restauração.

O Doutor Diogo Pacheco de Amorim, catedrático de Ciências, na oração de sapiência do início do ano lectivo de 1951-1952 lamentou a ausência da Faculdade de Teologia na Universidade. A 21 de Julho de 1953 — três meses depois de o Congresso Nacional da Juventude Universitária Católico ter insistido na criação da Universidade Católica<sup>53</sup> — o Conselho da Faculdade de Letras aprovou por unanimidade uma moção de restauração da Faculdade de Teologia. O mesmo fez o Senado Universitário a 22 de Janeiro de 1954 e a 27 de Outubro de 1960. A Câmara Municipal da cidade e os Deputados de Coimbra à Assembleia Nacional apoiaram esta moção. Por sua vez, o Reitor da Universidade, Doutor Guilherme Braga da Cruz, exprimiu igual desiderato na abertura solene dos anos académicos de 1961-1962 e 1962-1963<sup>54</sup>.

O Reitor seguinte, Doutor António Jorge de Andrade Gouveia, foi mais longe: em longa carta dirigida a 23 de Novembro de 1963 ao Cardeal Prefeito da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades propôs a criação de uma Comissão de estudo para a restauração da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, presidida pelo Prelado da Diocese e de que poderiam fazer parte três teólogos e canonistas e três professores da Universidade<sup>55</sup>.

O patriarca de Lisboa interveio nesta questão em diferentes oportunidades, quer a título pessoal quer em nome do Episcopado.

No verão de 1952 o cardeal Cerejeira entregou pessoalmente ao Doutor Salazar um memorando com duas hipóteses: restau-

---

<sup>53</sup> Cf. texto correspondente às notas 45-46.

<sup>54</sup> Dados fornecidos pelo Doutor Andrade Gouveia na carta citada nas notas 52 e 55. Esta carta inseriu o texto completo das moções de 1953 e de 1960. A de 1954, aprovada por unanimidade pelo Senado Universitário, é idêntica à da Faculdade de Letras. Por sua vez, a primeira parte da moção de 1960 consta da transcrição integral do documento de 1953-1954. Como referimos na nota 51, o texto autónomo da moção de 1960 aparece na caixa 1 (*Documentação cronológica geral*), pasta IV (1960-1965) do ACCUCP.

<sup>55</sup> Cópia desta carta no ACCUCP, caixa 2 (*Estudos e trabalhos jurídicos, Autoridades públicas, Santa Sé*), pasta de «Correspondência com a S.<sup>a</sup> Sé (1953-1972)».

ração da Faculdade de Teologia em Coimbra pelo Estado ou instalação pela Igreja das três Faculdades canónicas em Lisboa no edifício de S. Vicente de Fora. D. Manuel explicará mais tarde que «era urgente decidir». Ignoro por que motivo<sup>56</sup>. A resposta do Presidente do Conselho, nessa ocasião, foi terminante a favor de S. Vicente<sup>57</sup>.

O Patriarca voltou a ocupar-se do assunto no ano seguinte algum tempo antes da moção do Conselho da Faculdade de Letras de 21 de Julho de 1953, que acima referi.

Em carta de 9 de Junho desse ano o arcebispo-bispo conde de Coimbra D. Ernesto Sena de Oliveira participou ao cardeal Cerejeira que dois professores de Letras (os Doutores João da Providência e Costa e Arnaldo de Miranda Barbosa) acabavam de o informar sobre o desejo desta Faculdade de apresentar ao Senado Universitário uma proposta de restauração da Faculdade de Teologia. D. Ernesto «em princípio julgava viável a ideia», tanto mais que, esclarece, «a criação da Faculdade de Teologia aqui não impediria a criação em Lisboa do Instituto Católico, como está projectado». Todavia, prossegue, «tratando-se duma coisa que interessa não apenas à Diocese de Coimbra mas ao País inteiro», vem perguntar a D. Manuel «qual a atitude que julga conveniente tomar-se perante esta iniciativa e se deseja ouvir os Ex.<sup>mos</sup> Prelados sobre o assunto por meio talvez duma carta confidencial». E roga a possível brevidade porque ficara de dar resposta aos dois professores, «embora sem carácter oficial»<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup> Presumo que nessa altura o cardeal Cerejeira estaria a preparar contactos directos com a Santa Sé a respeito da criação da Universidade Católica e desejaria apresentar propostas concretas de localização em Lisboa. De facto, em 1952 o patriarca de Lisboa comunicou pessoalmente ao cardeal Giuseppe Pizzardo, prefeito da Congregação dos Seminários e Universidades, que o Episcopado desejava fundar uma Universidade Católica (cf. nota 96 e texto correspondente). Além disso, em carta ao Doutor Salazar de 25 de Março de 1954 Cerejeira anota que a instalação em S. Vicente de Fora «é coisa resolvida pelo Episcopado e pela Santa Sé — por tua própria sugestão. Pois às duas partes afirmei que podíamos contar com o teu acordo e apoio, e estou certo que não foi isso indiferente ao acolhimento favorável que teve» (ACCUCP, caixa 1, pasta III (1954-1956), 2.º caderno).

<sup>57</sup> Informações dadas por Cerejeira na carta ao Doutor Salazar de 25 de Março de 1954, citada na nota precedente.

<sup>58</sup> ACCUCP, caixa 1, pasta II (1953).

Cerejeira consultou os Bispos em carta-circular de 19 de Junho<sup>59</sup>. No seu arquivo aparecem 12 respostas; assim apenas 3 dos 17 prelados residenciais então existentes no País não teriam enviado o seu parecer. O Patriarca resumiu «o pensamento geral do Episcopado» em carta ao arcebispo conimbricense datada de 6 de Julho.

Em primeiro lugar, «o Episcopado não desejaria que a restauração da Faculdade de Teologia prejudicasse a criação dum Instituto Católico, sob a plena direcção da Igreja»; depois, «a Faculdade de Teologia teria de ficar sob a plena direcção doutrinal e disciplinar da Igreja»<sup>60</sup>.

Mas o primeiro desiderato, observa o Cardeal, parecia difícil de concretizar por não se prever frequência suficiente de alunos para duas Faculdades de Teologia no País (em Coimbra e em Lisboa) e ainda para o Colégio Português de Roma. Por outro lado, «reservar para o Instituto Católico em Lisboa a Filosofia e o Direito levanta problemas práticos», entre eles «a necessidade de construir e manter dois Seminários Universitários, um em Lisboa, outro em Coimbra»; e, acrescenta, «não parece também de somemos importância para a cultura teológica que não estejam juntas a Filosofia e a Teologia». Ademais, segundo informação do Ministro das Obras Públicas «dentro do perímetro universitário de Coimbra já não há lugar disponível (...) para a instalação da Faculdade de Teologia». Implantá-la fora desse perímetro seria de certo modo «desclassificar o ensino teológico».

O Patriarca julga «que todo o Episcopado aceitaria de bom grado a criação pelo Estado em Coimbra (mediante acordo prévio com a Santa Sé), não apenas da Faculdade de Teologia, mas ainda da Filosofia e do Direito, seja sob a forma de três Faculdades distintas, seja de um grande Instituto de Estudos Religiosos, com

---

<sup>59</sup> Esta carta não figura no ACCUCP.

<sup>60</sup> No espírito de muitos prelados mantinha-se viva a recordação do conflito disciplinar e doutrinal que em 1885 opôs a Faculdade de Teologia de Coimbra ao bispo diocesano D. Manuel Correia de Bastos Pina. O caso principiou com a apresentação de uma *Memória* do Dr. Damázio Jacinto Fragoso, na qual este lente de teologia defende que o Estado «exerce directa e exclusiva superintendência» sobre a Faculdade de Teologia de Coimbra e por isso lhe «compete o direito de regular as condições da sua existência e desenvolvimento». Sobre toda a questão, cf. FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, IV/3, Coimbra, 1922, 120-131 e 467-469.

as três secções de Filosofia, Teologia e Direito (equiparadas cada uma a Faculdade). Aceitará isto o Governo?»

Para concluir D. Manuel afirma «que se deve agradecer aos Professores de Letras a ideia da restauração» por ser «uma homenagem à Igreja»; todavia, «embora se não os dissuada da ideia», também «se lhes deve significar que o Episcopado não assume nenhuma responsabilidade nela». E aponta «ainda um motivo muito grave que nos obriga a não nos comprometermos nesta iniciativa dos Professores de Letras: é que a Sagrada Congregação já aprovou, em princípio, a criação da nossa Universidade Católica e até lhe designou o Cancelário»<sup>61</sup>.

O propósito da Faculdade de Letras seguiu o seu caminho e veio a culminar, conforme já dissemos, na aprovação de uma moção favorável à restauração da Faculdade de Teologia, primeiro pelo Conselho da Faculdade de Letras a 21 de Julho de 1953 e posteriormente pelo Senado Universitário a 22 de Janeiro de 1954.

Dois meses depois, exactamente a 22 de Março, o Doutor Salazar comunicava ao cardeal Cerejeira em conversa particular que aceitava a restauração oficial da Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra. Dois anos antes a sua opinião era diferente, como também já referimos<sup>62</sup>.

Em carta escrita ao Presidente do Conselho a 25 de Março o Patriarca verifica que o novo plano «obriga-nos a rever todo o problema do Instituto Superior Católico» e reconhece «que, depois do voto da Universidade de Coimbra a favor da restauração da sua Faculdade, não possa o Governo pôr a hipótese sequer de a crear em Lisboa», mas garante que a proposta «vai ser examinada com toda a atenção, interesse e simpatia, como merece». Entretanto, foi adiantando algumas reflexões.

A hipótese de Coimbra sempre o tinha preocupado, «embora a não tivesse por possível da parte do Estado e ainda hesite em comparação com as vantagens oferecidas por Lisboa». Muitas das suas hesitações desapareceriam se fosse possível instalar a Facul-

---

<sup>61</sup> Carta do cardeal Cerejeira a D. Ernesto Sena de Oliveira, de 6 de Julho de 1953, em ACCUCP, caixa 1, pasta II (1953). A última transcrição alude à carta do cardeal Pizzardo ao patriarca de Lisboa de 29 de Janeiro de 1953, que adiante analisaremos (cf. texto correspondente à nota 97).

<sup>62</sup> Cf. texto correspondente à nota 57.

dade dentro da «colina sagrada», como ele próprio designa o perímetro universitário de Coimbra. Localizada em Santa Clara, conforme se previa, a Faculdade exerceria «no meio uma acção semelhante à do Seminário diocesano, quer dizer nula». E interroga-se ainda a si mesmo «se o convento de Santa Clara poderia ser utilizado antes de seis anos, na melhor hipótese». Como quer que seja, conclui, «ainda que possa ser adoptada a criação da Faculdade em Coimbra, fica sempre de pé o problema da cultura católica junto da Universidade de Lisboa»<sup>63</sup>.

Na sequência da proposta do Doutor Salazar o cardeal Cerejeira empreendeu nova consulta ao Episcopado incluindo desta vez o do Ultramar. E fê-lo em duas cartas-circulares: a primeira de 27 de Março e outra, mais circunstanciada, de 17 de Abril<sup>64</sup>.

A segunda carta pormenoriza mais as condições da proposta governamental. A restauração em Coimbra far-se-ia «suposto prévio acordo com a Santa Sé e na base de inteira dependência doutrinal e disciplinar da Igreja», mas «implicaria a renúncia da Igreja a fundar outra Faculdade de Teologia em qualquer lugar». Por outro lado, «o Governo destinaria o antigo Convento de Santa Clara a residência dos alunos clérigos e porventura a local das aulas». Finalmente, «a boa disposição do Governo é limitada exclusivamente a Coimbra».

Cerejeira assinala as vantagens da oferta do Governo: «inserção do ensino católico na Universidade do Estado, categoria universitária do ensino teológico, libertação da Igreja de encargos materiais». Mas também salienta como inconvenientes «o de amputar do ensino teológico o futuro Instituto Católico; e sobretudo o de deixar em situação de inferioridade o ensino deste, pelo menos até que seja possível um dia reconhecê-lo oficialmente». Além disso, a projectada localização da Teologia em Santa Clara, fora do perímetro universitário, não lhe parece a mais indicada: «faltar-lhe-á assim o convívio do meio académico e sofrerá o seu prestígio e influência».

O Patriarca adianta ainda a hipótese da incorporação da Filosofia e do Direito Canónico na Universidade de Coimbra. E anota que, «se o Estado a aceitasse, o problema do ensino superior das

---

<sup>63</sup> ACCUCP, caixa 1, pasta III (1954-1956), 2.º caderno.

<sup>64</sup> *Ibidem*, 2.º caderno.

três Faculdades canónicas ficaria resolvido com categoria e nível universitário e oficial». Todavia, acrescenta, «a Universidade ou Instituto Católico ficaria inteiramente sacrificado». Por isso, em seu entender «nesta questão terá que se optar entre o presente imediato e o futuro».

O arquivo do cardeal Cerejeira contém respostas de 10 bispos da Metrópole e de 7 do Ultramar<sup>65</sup>. Havendo nessa altura 17 prelados residenciais na Metrópole e 10 no Ultramar, teriam respondido à consulta dois terços dos inquiridos. O Patriarca analisou cuidadosamente as respostas, como se depreende dos sublinhados que fez em muitas delas. Os pareceres não seguem um esquema uniforme, nem se exprimem sempre em termos categóricos e às vezes apresentam soluções que em parte se sobrepõem.

Uma clara maioria de mais de dois terços manifesta preferência por um Instituto ou Universidade Católica em Lisboa como projecto a não abandonar apesar dos encargos económicos e das dificuldades para o reconhecimento oficial dos seus diplomas. Dois bispos rejeitam vigorosamente a oferta da Faculdade de Teologia em Coimbra com a condição de a Igreja renunciar a estabelecer outra em qualquer lugar<sup>66</sup>. Outro prelado receia possíveis dificuldades para os alunos que no futuro escolhessem Roma em vez de Coimbra<sup>67</sup>. Tendo porém em conta as circunstâncias concretas,

---

<sup>65</sup> *Ibidem*, 3.º caderno. A circular de 17 de Abril foi também enviada a Provinciais de Institutos Religiosos e a algumas personalidades católicas. O ACCUCP (caixa 1, pasta III, 4.º caderno) conserva sete respostas deste grupo das quais salientamos as dos seguintes inquiridos: Provinciais da Companhia de Jesus (P. Júlio Marinho) e da Congregação do Espírito Santo (P. Olavo Teixeira Martins), Mons. Avelino Gonçalves, Rev. Dr. António dos Reis Rodrigues (bispo auxiliar do Patriarcado desde 1967) e P. António Leite, S. J.

<sup>66</sup> Bispos de Bragança e da Beira, respectivamente, D. Abílio Augusto Vaz das Neves e D. Sebastião Soares de Resende. Para este, aceitar a condição do Governo «não será consentir na restrição da liberdade da Igreja em problemas fundamentais da mesma Igreja?...».

<sup>67</sup> D. João da Silva Campos Neves, bispo de Lamego, escreve: «E creio que de novo se desenharão rivalidades entre a Faculdade de Teologia e o Colégio Português [de Roma]. Não me admiraria se num futuro próximo isto viesse dar pretexto para o Governo reclamar dos Prelados que deixassem de enviar alunos para Roma, ameaçando como no passado com a extinção da Faculdade ou com a proibição de exercerem os que de lá viessem funções de ensino ou de paroquialidade, apesar da Concordata».

quase dois terços dos bispos aceitam o estabelecimento da Teologia em Coimbra dentro do perímetro universitário e sem prejuízo da fundação do Instituto Católico em Lisboa com outras Faculdades e cursos. Número quase equivalente admite ainda a incorporação da Filosofia e do Direito Canónico em Coimbra, enquanto não fosse possível fundar o Instituto Católico. Finalmente, apenas três bispos consideram inviável ou pelo menos remota a proposta de criação do Instituto ou Universidade Católica por dificuldades económicas e de reconhecimento oficial dos graus académicos e por isso preferem instalar as Faculdades eclesiásticas na Universidade de Coimbra; mas um deles não exclui a eventualidade da abertura de um Curso Superior de Filosofia em Lisboa <sup>68</sup>.

O Episcopado privilegiava nitidamente a fórmula da Universidade Católica como grande centro autónomo de formação doutrinal do clero e do escol do laicado, não obstante a demora previsível na sua concretização. A restauração da Faculdade de Teologia de Coimbra (de preferência associada à Filosofia e ao Direito Canónico) aparecia como solução mais imediata, mas incompleta para o fim em vista. De qualquer modo, as circunstâncias do momento exigiam uma decisão.

Numa reunião do Episcopado, celebrada em Fátima a 30 de Junho de 1954, a questão foi outra vez debatida. Sete bispos rejeitaram a proposta do Governo, três deram-lhe parecer favorável e dois, anota Cerejeira nos seus apontamentos, mostraram-se «indecisos, votando-me confiança» <sup>69</sup>.

O Patriarca voltou a encontrar-se com o Doutor Salazar no dia 5 de Setembro e abordou também o problema da Faculdade de Teologia. Mas as suas notas manuscritas nada mais adiantam sobre o teor da conversa <sup>70</sup>.

Nesta situação (cito de novo os apontamentos de D. Manuel), «depois das conversas havidas sobre a hipótese da restauração da

<sup>68</sup> Posição adoptada pelos prelados de Viseu, Nova Lisboa e Goa, respectivamente, D. José da Cruz Moreira Pinto, D. Daniel Gomes Junqueira e D. José Vieira Alvernaz. A instalação da Filosofia em Lisboa foi sugerida pelo patriarca de Goa.

<sup>69</sup> ACCUCP, caixa 1, pasta III, 1.º caderno, última folha (não numerada). Os cinco prelados restantes (nessa altura o País tinha 17 dioceses) não terão comparecido à reunião.

<sup>70</sup> *Ibidem*, folha 9.

Faculdade de Teologia em Coimbra, tendo parecido que tal restauração implicaria a criação do Instituto Católico sem Faculdade de Teologia, porque o País não tem possibilidade de duas Faculdades de Teologia»<sup>71</sup>, Cerejeira preferiu consultar a Santa Sé. Em carta de 10 de Janeiro de 1955 ao cardeal Giuseppe Pizzardo, prefeito da Congregação dos Seminários e Universidades, o patriarca de Lisboa sumaria os resultados das consultas feitas ao Episcopado no ano anterior, sublinha que os bispos consideram a Teologia necessária para a Universidade Católica e conclui: «é preciso passar a actos decisivos. Mas o Episcopado Português não quer decidir nada sem a aprovação de Vossa Eminência Reverendíssima»<sup>72</sup>.

A resposta veio logo no dia 18. Pizzardo manifesta o seu apreço pelo esforço dos prelados com vista à fundação da Universidade Católica e anota que o problema da eventual restauração da Faculdade de Teologia de Coimbra deveria ser objecto de negociações especiais entre o Governo Português e a Santa Sé<sup>73</sup>.

Perante esta resposta — que foi transmitida aos bispos na sua reunião plenária de 23-25 de Janeiro<sup>74</sup> — o Episcopado confirmou o projecto da Universidade Católica. Por outra parte, não encontrei referências a negociações entre o Governo e a Santa Sé acerca da reabertura da Faculdade de Teologia em Coimbra.

Nos anos sessenta o cardeal Cerejeira ocupou-se mais algumas vezes do problema da Faculdade de Teologia de Coimbra.

A primeira ocorreu em Fevereiro e Março de 1960 a propósito de um boato sobre a criação de um Instituto de Estudos Teológicos integrado na Universidade Clássica de Lisboa. A 4 de Fevereiro três professores de Coimbra (Providência e Costa, Braga da Cruz e Miranda Barbosa) procuraram o arcebispo-bispo de Coimbra, D. Ernesto Sena de Oliveira, e, sem se oporem a esse projecto, manifestaram-lhe o vivo desejo de «que tal integração se fizesse também na Universidade civil de Coimbra»<sup>75</sup>. Em carta ao prelado

<sup>71</sup> Transcrição da acta da reunião plenária do Episcopado de 23-25 de Janeiro de 1955, *ibidem*, folha 2.

<sup>72</sup> ACCUCP, caixa 2, pasta de «Correspondência com a S.<sup>a</sup> Sé (1953-1972)».

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> Resumo da acta desta reunião plenária nos apontamentos de Cerejeira (ACCUCP, caixa 1, pasta III, 1.º caderno, folha 2).

<sup>75</sup> Carta de D. Ernesto Sena de Oliveira ao cardeal Cerejeira, de 5 de Fevereiro de 1960, ACCUCP, caixa 1, pasta IV (1960-1965).

conimbricense, o cardeal Cerejeira esclareceu que não havia qualquer diligência ou projecto sobre o assunto. Todavia, em seu entender, nas Universidades civis faltava o coroamento da Teologia e por isso seria «de desejar uma fórmula de coordenação ou de integração». E acrescentava ainda: «Sobre isto tenho-me aberto com várias pessoas. O boato deve ter nascido aqui»<sup>76</sup>. De qualquer modo, porventura no seguimento da insistência dos professores de Coimbra, o problema da integração dos estudos teológicos na Universidade do Estado foi exposto na reunião da Comissão Episcopal para a Universidade Católica de 11 de Fevereiro desse ano<sup>77</sup>.

Um mês depois D. Ernesto Sena de Oliveira escreveu de novo para Lisboa a relatar outra conversa com os mesmos interlocutores na sequência da carta do Patriarca. Segundo aqueles professores, «não seria de pensar na criação duma Faculdade de Teologia integrada na Universidade de Coimbra (...) conjuntamente com a criação das Faculdades de Filosofia, de Direito canónico e, porventura de outras, como Ciências Pedagógicas, Ciências Sociais, junto da Universidade de Lisboa, integradas todas ou só algumas delas (...) nesta Universidade?» Essas unidades académicas ficariam «na dependência de um Órgão Superior criado pela Hierarquia, que poderia chamar-se a Reitoria da Universidade Católica Portuguesa, tendo à sua conta o governo das Faculdades criadas em Lisboa (integradas ou não na Universidade do Estado) e o da Faculdade de Teologia, integrada na Universidade de Coimbra». Por outro lado, «a criação para já da Faculdade de Teologia de Coimbra não impediria que a seu tempo — que poderá ser mais ou menos próximo — se criasse em Lisboa outra Faculdade de Teologia». Era de esperar que não faltariam alunos para duas Faculdades de Teologia «pensando que em todo o País haverá mais de 500 Escolas particulares e oficiais onde se deve ministrar o ensino de Religião». Concluindo: a futura Universidade Católica «seria uma única Universidade com sede central em Lisboa e com Faculdades, institutos, cadeiras e cursos dispersos, pelo menos, pelas três cidades universitárias, embora o grosso das suas Faculdades estivesse em

---

<sup>76</sup> Carta de 8 de Fevereiro, *ibidem*.

<sup>77</sup> Informação colhida num apontamento manuscrito de Cerejeira sobre esta reunião, *ibidem*. O cardeal Cerejeira era, obviamente, o presidente da Comissão; ignoro, porém, quem seriam nesta data os restantes membros.

Lisboa»<sup>78</sup>. A concepção de uma Universidade descentralizada e o próprio nome de «Universidade Católica Portuguesa» eram propostas inovadoras que, afinal, acabaram por ser adoptadas.

No encerramento deste episódio, em terceira carta ao Patriarca, de 16 de Março, o prelado de Coimbra considerou «um dever de elementar lealdade» exprimir o seguinte desabafo: «Custa-me muito quando ouço certos hipercríticos dizer que é Vossa Eminência que não quer a criação da Faculdade em Coimbra. Respondo que não, que são as circunstâncias do caso que a tanto obrigam (como disse aos referidos Professores na primeira vez que estive com eles), mas não se convencem»<sup>79</sup>.

Em 1961 duas intervenções de Cerejeira.

A primeira verificou-se na reunião plenária do Episcopado de 10-13 de Janeiro e consistiu na apresentação e apreciação de uma carta da Universidade de Coimbra aos Prelados, pedindo o seu apoio para a reabertura da Faculdade de Teologia da Lusa Atenas<sup>80</sup>. Essa carta deverá ter sido escrita na sequência da moção do Senado Universitário de 27 de Outubro de 1960 a favor da reabertura.

No final do ano, em entrevista já citada a uma publicação universitária católica, o Patriarca voltou a sublinhar a insuficiência da solução da reabertura isolada da Faculdade de Teologia de Coimbra. Obviamente, disse então, «a restauração da Faculdade de Teologia seria para o antigo aluno e diplomado dela uma grande alegria». Porém, esclareceu, «não basta uma Faculdade de Teologia às exigências hodiernas de formação superior das 'élites' católicas, eclesiástica e secular. Não pode prescindir-se de um Instituto Universitário, que esteja presente e ilumine todo o campo da cultura. Neste Instituto, a Teologia é a Faculdade principal, a rainha indispensável das outras Faculdades»<sup>81</sup>.

Como referimos no início deste apartado, a 23 de Novembro de 1963 o reitor da Universidade de Coimbra, Doutor Andrade

<sup>78</sup> Carta ao cardeal Cerejeira, de 5 de Março, *ibidem*.

<sup>79</sup> Carta de 16 de Março, *ibidem*.

<sup>80</sup> Apontamentos manuscritos de Cerejeira sobre os assuntos da Universidade Católica, tratados nas assembleias plenárias do Episcopado desde 1946 a 1967 (ACCUCP, caixa 1, pasta III, 1.º caderno, 2).

<sup>81</sup> Entrevista à revista *Perspectivas* da LICF (ano I, 1961, n.º 4, Outubro-Dezembro), transcrita nas *Obras Pastorais*, VI (1960-1963), 306-307. Cf. nota 48 e texto correspondente.

Gouveia, propôs oficialmente ao cardeal Pizzardo a criação de uma Comissão de estudo para a restauração da Faculdade de Teologia<sup>82</sup>. O memorando do Reitor foi logo enviado pela Nunciatura Apostólica ao prefeito da Congregação<sup>83</sup>, que acusou a recepção no dia 7 de Dezembro<sup>84</sup>. Pizzardo continuou o diálogo com o Núncio em Lisboa, Mons. Maximilien de Fürstenberg<sup>85</sup>, e em carta de 29 de Novembro de 1964 pediu também o parecer do cardeal Cerejeira<sup>86</sup>.

O Patriarca respondeu a 31 de Dezembro e manteve o seu ponto de vista. Na sua opinião, tendo em conta a necessidade de uma Universidade da Igreja com Faculdade de Teologia, «a restauração imediata da Faculdade de Coimbra prejudicaria a fundação daquela». Todavia, acrescentou, «se, fundada a Universidade Católica, a experiência admitisse a possibilidade de uma outra Faculdade de Teologia era a de Coimbra que convinha a Portugal»<sup>87</sup>.

Em 1967 o cardeal Cerejeira foi confrontado por duas vezes com o mesmo problema.

A 30 de Janeiro, por insistência do núncio apostólico Mons. Maximilien de Fürstenberg<sup>88</sup>, os cardeais Pizzardo e Gabriel Marie Garrone — prefeito e pró-prefeito da Congregação dos Seminários e Universidades, respectivamente — apresentaram de novo o assunto à consideração do patriarca de Lisboa e de toda a Conferência Episcopal e pediram um parecer fundamentado sobre a Comissão de estudo sugerida pelo reitor de Coimbra, Doutor Andrade Gouveia, na exposição de 23 de Novembro de 1963<sup>89</sup>. O Episcopado man-

---

<sup>82</sup> Cf. nota 55 e texto correspondente.

<sup>83</sup> Carta do núncio apostólico em Lisboa, Mons. Maximilien de Fürstenberg, ao cardeal Giuseppe Pizzardo, de 28 de Novembro de 1963 (ACCUCP, caixa 2, pasta de «Correspondência com a S.<sup>a</sup> Sé»).

<sup>84</sup> ACCUCP, caixa 2, *ibidem*.

<sup>85</sup> Nova carta do Núncio ao cardeal Pizzardo, de 12 de Dezembro, e resposta deste a 20 de Dezembro (ACCUCP, caixa 2, *ibidem*).

<sup>86</sup> Esta carta não figura no ACCUCP. Mas aparece referenciada na resposta do patriarca de Lisboa.

<sup>87</sup> Carta de Cerejeira a Pizzardo, de 31 de Dezembro de 1964 (em francês), seguida de um memorando (também em francês) sobre a história dos preparativos da fundação da Universidade Católica (ACCUCP, cx. 2, *ibid.*).

<sup>88</sup> Carta de Mons. Fürstenberg ao cardeal Garrone, de 17 de Janeiro de 1967, e resposta conjunta de Pizzardo e Garrone a 30 de Janeiro de 1967 (ACCUCP, caixa 2, *ibidem*).

teve a orientação anterior e preferiu criar a Faculdade de Teologia no âmbito da futura Universidade Católica<sup>90</sup>.

Por outro lado, na sessão da Assembleia Nacional de 5 de Dezembro de 1967 o deputado André da Silva Campos Neves situou a restauração da Faculdade de Teologia «na primeira linha dos anseios da prestigiosa Universidade». Intervindo no debate, o deputado bracarense António Maria Santos da Cunha informou que, poucos dias antes, por ocasião da inauguração da UCP em Braga, no dia 1 de Novembro, o projecto de «restauração da Faculdade de Teologia em Coimbra mereceu publicamente o maior incitamento por parte de S. E. o Cardeal Pró-Prefeito da Congregação dos Estudos da Santa Sé»<sup>91</sup>.

Segundo então constou, o cardeal Garrone teria mesmo declarado ao patriarca de Lisboa «que a pretensão da Universidade de Coimbra quanto a uma possível Faculdade de Teologia se apoiava, ao menos parcialmente, na cooperação que os Padres da Companhia de Jesus prestariam em semelhante iniciativa, se ela chegasse a ser realidade»<sup>92</sup>. O Provincial da Companhia apressou-se a desfazer essa conjectura em carta ao cardeal Cerejeira logo no dia 8 de Novembro»<sup>93</sup>.

---

<sup>89</sup> Carta dos cardeais Pizzardo e Garrone ao cardeal Cerejeira, de 30 de Janeiro de 1967 (ACCUCP, caixa 2, *ibidem*).

<sup>90</sup> A 6 de Janeiro de 1968 a Comissão Episcopal para a Universidade Católica redigiu um «Memorial sobre a Universidade Católica Portuguesa» que seguiu para a Congregação na semana seguinte através da Nunciatura. Este documento resultou das deliberações tomadas por unanimidade na assembleia da Conferência Episcopal de 12-15 de Dezembro de 1967 e nem sequer aborda a hipótese da restauração da Faculdade de Teologia em Coimbra (ACCUCP, caixa 2, *ibidem*).

<sup>91</sup> Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, *Diário das sessões*, 1967, n.º 105, 6 de Dezembro, p. 1991; exemplar conservado no ACCUCP, caixa 1, pasta V (1955-1970).

<sup>92</sup> Informação contida numa carta do P. José Carvalhais, Provincial da Companhia de Jesus, ao cardeal Cerejeira, de 8 de Novembro de 1967 (ACCUCP, caixa 1, pasta V).

<sup>93</sup> *Ibidem*: «Apresso-me a comunicar a Vossa Eminência que carece de qualquer sério e responsável fundamento tal conjectura, pois não me consta de qualquer diligência feita nesse sentido em ordem a assumirmos na nossa Província o mínimo compromisso. De resto, a falta manifesta de pessoal docente preparado devidamente nesse sector do ensino universitário, e com a indispensável disponibilidade, dificilmente o permitiria por estes anos mais próximos».

Três anos e meio mais tarde, a 28 de Junho de 1971, véspera da sua despedida de patriarca de Lisboa, o cardeal Cerejeira veio participar durante algum tempo numa reunião do Conselho da Faculdade de Teologia para se despedir também da Universidade Católica. Nesse momento de emoção voltou a explicar que se tinha preferido o caminho mais difícil da fundação de uma Universidade Católica, em vez da reabertura da Faculdade de Coimbra, para não confinar a Teologia numa perspectiva antiga sem irradiação noutros sectores. Mas essa escolha, sublinhou, não excluía a hipótese de Coimbra apesar de nesse momento não haver possibilidade de manter duas Faculdades <sup>94</sup>.

### 2.3. Preparação do estabelecimento da Universidade Católica em Lisboa

O cardeal Cerejeira começou a preparar o estabelecimento da Universidade Católica em Lisboa a meio dos anos quarenta. O trabalho foi conduzido em estreita ligação com a Congregação dos Seminários e Universidades e com os demais prelados da Nação. A leitura da correspondência travada com Roma e dos resumos das cartas das assembleias plenárias do Episcopado, que o Patriarca transcreveu cuidadosamente nas suas notas particulares <sup>95</sup>, permitem acompanhar a longa marcha do processo e avaliar a persistência de Cerejeira na concretização do plano da Universidade Católica.

Os problemas eram abundantes e não raro difíceis por se tratar de uma iniciativa inovadora no horizonte pastoral e cultural do País. Vamos seriar os mais importantes e relatar em forma breve o modo como foram sendo resolvidos .

Começemos pelo *apoio da Santa Sé* à própria ideia da fundação da Universidade.

Em 1952 o patriarca de Lisboa comunicou pessoalmente ao cardeal Pizzardo que o Episcopado desejava abrir uma Universidade Católica <sup>96</sup>. O prefeito da Congregação dos Seminários e Universi-

---

<sup>94</sup> Apontamentos pessoais do Autor como Secretário da Faculdade de Teologia da UCP desde 1968 a 1981.

<sup>95</sup> ACCUCP, caixa 1, pasta III, 1.º caderno (assembleias efectuadas de 1946 a 1967).

<sup>96</sup> Informação prestada pelo cardeal Cerejeira na assembleia plenária do Episcopado de 15-17 de Dezembro de 1953 (apontamento manuscrito em ACCUCP, caixa 1, pasta III, 1.º caderno, 1).

dades respondeu a 29 de Janeiro do ano seguinte em carta efusivamente congratulatória, acompanhada de várias orientações práticas: necessidade do interessamento de todos os bispos e de boa escolha do Reitor Magnífico, indicação do patriarca de Lisboa como Cancelário ou Magno Chanceler, garantias de financiamento, etc. A missiva incluía também uma referência elogiosa ao discurso de Cerejeira na inauguração da Universidade Católica de S. Paulo em 1946<sup>97</sup>.

O *local de implantação* da Universidade levou dez anos a decidir. E outros tantos decorreram até ao início das obras.

A assembleia plenária do Episcopado de 9-12 de Dezembro de 1946 não apontou nenhum lugar. Na de 1949 Cerejeira avançou a hipótese da instalação em S. Vicente de Fora, ao menos a título provisório. Como já referimos, no verão de 1952, o Doutor Salazar concordou com esta localização e até prometeu que o Estado faria as obras de adaptação<sup>98</sup>.

Entretanto e conforme o Patriarca anotou na reunião plenária de 15-17 de Dezembro de 1953, dos termos da supramencionada carta do cardeal Pizzardo parecia deduzir-se a necessidade de contactos entre o Instituto Católico e as Faculdades do Estado. Ora S. Vicente ficava longe e só podia albergar as Faculdades canónicas e apenas durante os primeiros anos, pois o estudo das obras de adaptação previa 40 quartos para alunos e 18 para professores. Assim sendo, Cerejeira mandara já reservar lugar perto da futura Cidade Universitária. Na carta ao Presidente do Conselho de 25 de Março de 1954 o Patriarca voltou a sublinhar a conveniência de o ensino superior católico se instalar na área universitária. Na reunião plenária de 13-15 de Dezembro de 1955 o Cardeal informou os outros bispos do projecto de aquisição de um terreno contíguo à Cidade Universitária e do bom andamento das negociações nesse sentido com o Ministério das Obras Públicas e a Câmara Municipal de Lisboa. Finalmente, na assembleia de 11-13 de Dezembro do ano seguinte o Episcopado preferiu o definitivo ao provisório e optou pela localização junto à Cidade Universitária<sup>99</sup>.

As negociações subsequentes foram demoradas, como o

---

<sup>97</sup> Carta conservada no ACCUCP, caixa 2, pasta «Correspondência com a Santa Sé».

<sup>98</sup> Informação contida na carta do cardeal Cerejeira ao Doutor Oliveira Salazar, de 25 de Março de 1954 (cópia desta carta no ACCUCP, caixa 1, pasta III, 2.º caderno; cf. p. 1).

Patriarca assinalou numa entrevista concedida em Janeiro de 1963<sup>100</sup>, e culminaram com a aprovação do Decreto-Lei n.º 45 382 de 23 de Novembro de 1963. Este decreto dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas atribuiu ao Patriarcado de Lisboa, para construção da Universidade Católica, uma parcela de 45 000 m<sup>2</sup> contígua à Cidade Universitária por permuta com terrenos da Cerca de S. Vicente de Fora que o Estado tinha utilizado para a construção do Liceu Gil Vicente<sup>101</sup>. A assinatura da escritura de aquisição do terreno para a Universidade efectuou-se a 18 de Novembro de 1964<sup>102</sup>.

Na Pastoral colectiva do Episcopado sobre a Universidade Católica de 16 de Janeiro de 1965 o cardeal Cerejeira<sup>103</sup> explicará de novo que «a escolha do terreno, perto da Universidade Clássica, fala por si: quer estar no centro maior da vida intelectual, onde sopram todos os ventos do espírito. E espera ver mestres e alunos de uma e outra misturarem-se na mútua compreensão e comum conquista da verdade»<sup>104</sup>.

Mais relevante ainda era o problema da *configuração da Universidade Católica*, tendo em conta a necessidade da presença evangélica no âmbito da cultura superior e também as possibilidades consentidas pelo enquadramento legal vigente e pelas disponibilidades reais da Igreja em recursos humanos e financeiros. Havia que definir as áreas científicas da nova instituição, bem como estabelecer prioridades sobre disciplinas a ministrar e Escolas a abrir.

---

<sup>99</sup> Cf. resumo das deliberações destas assembleias plenárias nos apontamentos manuscritos de Cerejeira (ACCUCP, caixa 1, pasta III, 1.º caderno).

<sup>100</sup> Entrevista ao jornal da JUC, *Encontro* (ano VIII, Janeiro de 1963), transcrita nas *Obras Pastorais*, VI (1960-1963), Lisboa, 1964, 309-323 (sobre este assunto, cf. 312).

<sup>101</sup> Decreto-Lei n.º 45 382, *Diário do Governo*, I série, n.º 275, 23 de Novembro de 1963, 1817-1818; exemplar conservado no ACCUCP, caixa 2, documentos avulsos relacionados com «Autoridades públicas».

<sup>102</sup> Informação contida no Memorando sobre os preparativos da fundação da UCP, enviado por Cerejeira ao cardeal Pizzardo a 31 de Dezembro de 1964, p. 2, n.º 5 (ACCUCP, caixa 2, pasta «Correspondência com a S.ª Sé»).

<sup>103</sup> Esta Pastoral não figura nas *Obras Pastorais* do cardeal Cerejeira e apareceu na *Lumen*, 29 (1965) 8-12, sem indicação de autor. Mas foi redigida pelo cardeal Cerejeira, como se afirma na acta da assembleia plenária do Episcopado de 12-15 de Janeiro de 1965 (cf. transcrição de parte da acta referente à Universidade Católica no ACCUCP, caixa 1, pasta V).

<sup>104</sup> *Lumen*, 29 (1965), 10.

Na carta ao Doutor Salazar de 25 de Março de 1954 o Patriarca manifesta o desejo de «levar o ensino filosófico e teológico para junto da zona universitária de Lisboa» a fim de «preparar o caminho para a Universidade Católica» e refere-se ainda «à criação de algumas Faculdades menores ou Escolas ou Cursos em relação mais directa com a doutrina católica, os quais completariam ou supriam o ensino universitário civil», por exemplo «Escola de Ciências Sociais e de Pedagogia» (que então não existiam nas Universidades do Estado) e talvez «Cursos Especiais segundo as circunstâncias aconselhassem». Mas acrescenta igualmente: «Não me iludo sobre as possibilidades e condicionalismos do nosso meio. Nunca pensei em Faculdades paralelas às da Universidade Civil e em concorrência com elas»<sup>105</sup>.

Perspectiva semelhante aparece na entrevista de Cerejeira a uma publicação da Juventude Universitária Católica em Janeiro de 1963. Segundo então se previa, esclarece, «a Universidade da Igreja, em Portugal, não ensinará (...) as mesmas matérias que se professam nas Universidades do Estado; e, se alguma vez suceder que coincidam parcialmente, ensinar-las-á sob outro aspecto. (...) Universidade da Igreja e Universidade do Estado não poderão nunca ser consideradas como rivais; atrever-me-ei a chamar-lhes complementares, em relação à cultura. Mas ainda que, por hipótese, a Universidade da Igreja viesse a ter Faculdades com o mesmo nome das Faculdades do Estado, Direito e Letras, por exemplo, nem por isso se poderia afirmar que tal constituiria «escusada duplicação» (...). O espírito seria diferente, embora não necessariamente contraditório. As Faculdades católicas prolongariam o estudo do Direito e das Letras até à sua raiz e à sua culminação metafísica e religiosa»<sup>106</sup>.

O cardeal Cerejeira voltou a sublinhar a nota de complementaridade em 1965<sup>107</sup> e em 1967<sup>108</sup>.

---

<sup>105</sup> Cópia desta carta no ACCUCP, caixa 1, pasta III, 2.º caderno (cf. p. 4).

<sup>106</sup> Entrevista ao jornal da JUC, *Encontro*, transcrita nas *Obras Pastorais*, VI, 309-323; cf. a passagem citada no texto nas páginas 321-322.

<sup>107</sup> *Pastoral colectiva do Episcopado sobre a Universidade Católica*, de 16 de Janeiro de 1965, em *Lumen*, 29 (1965) 8-12; cf. 10.

<sup>108</sup> *Alocução na bênção da primeira pedra da sede central da UCP em Lisboa*, a 29 de Junho de 1967, em *Obras Pastorais*, VII (1964-1970), Lisboa, 1970, 229-235; cf. 233.

Na assembleia plenária do Episcopado de 12-15 de Janeiro de 1960 formou-se uma *Comissão Episcopal para a Universidade Católica*<sup>109</sup>, presidida pelo cardeal Cerejeira, a fim de acelerar o andamento dos trabalhos preparatórios da criação da Universidade. Na primeira reunião, efectuada a 11 de Fevereiro seguinte, a Comissão passou em revista os assuntos pendentes<sup>110</sup> e daí em diante prosseguiu com diligência os trabalhos preparatórios da criação da Universidade.

Também em 1960, quando as negociações para aquisição do terreno de Palma de Cima se encontravam já bem encaminhados, outra Comissão, orientada pelo Eng. Luís Maria Guimarães Lobato, começou a elaborar o *Estudo-Base do programa das instalações* da futura Universidade. O trabalho estava concluído em Setembro de 1961 e foi transmitido pelo cardeal Cerejeira ao Ministro das Obras Públicas a 5 de Janeiro de 1962<sup>111</sup>. Logo a seguir o Episcopado analisou-o também na assembleia plenária de 16-19 desse mês<sup>112</sup>.

O Estudo-Base previa um dilatado conjunto de construções que se estendiam até à 2.<sup>a</sup> circular (a actual Av. Norton de Matos): edifícios escolares, dois seminários (um para alunos de filosofia e outro para teólogos), igreja e residências universitárias. Mas o Patriarca esclareceu na carta ao Ministro que o Estudo-Base era um ponto de partida, a saber: «representa uma visão global, que poderá parecer, à primeira vista, excessiva. Julgou-se mais criterioso prever desde já o conjunto ideal, capaz de comportar o desenvolvimento futuro. Mas não é intenção realizar tudo imediatamente; e prevê-se revisão cuidadosa de cada elemento do conjunto. A realização progressiva será condicionada pela necessidade e pela experiência».

Por outro lado, o cardeal Cerejeira apresentou o plano da Universidade Católica em *reuniões de esclarecimento* com os Superiores Provinciais dos Institutos Religiosos, a 15 de Abril de 1964<sup>113</sup>

---

<sup>109</sup> Cf. compilação das deliberações do Episcopado sobre a Universidade Católica em notas manuscritas de Cerejeira (cf. ACCUCP, caixa 1, pasta III, 1.º caderno, 2).

<sup>110</sup> Cf. apontamento manuscrito avulso de Cerejeira (ACCUCP, caixa 1, pasta IV).

<sup>111</sup> Cópia no ACCUCP, caixa 1, pasta V (1955-1970).

<sup>112</sup> Cf. ACCUCP, caixa 1, pasta III, 1.º caderno, 3.

<sup>113</sup> Caderno manuscrito com notas sobre esta reunião, no ACCUCP, caixa 1, pasta IV (1960-1965).

e a 14 de Março de 1967<sup>114</sup>, e com cerca de cinquenta professores católicos das três Universidades Civas de então a 31 de Maio de 1964. Este encontro fora organizado pela Liga Universitária Católica (LUC) de que era assistente o Rev. Dr. António Ribeiro, actual patriarca de Lisboa e Magno Chanceler da UCP. No arquivo de Cerejeira figuram os apontamentos manuscritos da sua exposição aos universitários. Segundo nota que ele próprio acrescentou a esse esquema a 19 de Agosto de 1972, já depois da resignação, «esta grande e inesperada reunião foi um acontecimento»: os presentes votaram pela necessidade e urgência da criação da Universidade Católica «a qual não devia ser um estabelecimento de ensino só eclesiástico quer no ensino professado quer na abertura ao público discente»<sup>115</sup>.

As diligências nesse sentido prosseguiram. Em breve Nota Pastoral de 20 de Janeiro de 1962 o Episcopado anuncia o propósito de «criar um Instituto Superior, onde a doutrina cristã possa ser professada em nível universitário»<sup>116</sup>. Três anos depois, a Pastoral Colectiva de 16 de Janeiro de 1965 comunicava oficialmente ao País a *decisão da fundação da Universidade Católica*, tomada na reunião plenária que estava a decorrer no Seminário dos Olivais em Lisboa. Nessa reunião o Patriarca anunciou a inauguração para daí a dois ou três anos<sup>117</sup>.

Para executar a decisão tomada, a mesma assembleia episcopal instituiu a *Comissão Instaladora da Universidade Católica*, formada por representantes qualificados do clero e do laicado sob a presidência de D. José Pedro da Silva, então bispo auxiliar do Patriarcado<sup>118</sup>.

Por sua vez, em princípios de 1966 o Cón. José Falcão, do clero de Lisboa, assumiu o encargo de organizar os serviços da *Biblioteca da Universidade*, então estabelecidos em S. Vicente de Fora.

---

<sup>114</sup> Sumário desta reunião em caderno manuscrito no ACCUCP, caixa 1, pasta V (1955-1970).

<sup>115</sup> ACCUCP, caixa 1, pasta V, bloco manuscrito avulso.

<sup>116</sup> *Nota Pastoral de confiança e exortação nacional*, em *Obras Pastorais*, VI (1960-1963), 409-416; referência à Universidade Católica na página 414.

<sup>117</sup> Texto da Pastoral em *Lumen*, 29 (1965) 8-12. Sobre a previsão da abertura em 1967 ou 1968, cf. o extracto parcial da acta desta assembleia episcopal no ACCUCP, caixa 1, pasta V.

<sup>118</sup> Sumário das deliberações do Episcopado sobre a Universidade Católica em notas manuscritas de Cerejeira (ACCUP, cx. 1, pasta III, 1.º caderno, 3).

O perfil adoptado para a Universidade Católica, a que já fizemos referência, impunha a necessidade de o traduzir em unidades académicas de investigação e ensino, *Faculdades, Escolas ou Cursos*, conforme as circunstâncias.

Em carta de 27 de Novembro de 1962, a Congregação dos Seminários e Universidades já se tinha manifestado «disposta a conceder (...) a abertura da Faculdade de Sagrada Teologia»<sup>119</sup>.

Em memorando enviado dois anos depois à mesma Congregação o cardeal Cerejeira indicou três Institutos da Igreja em Lisboa, com mais de 600 alunos, que poderiam vir a ser integrados na futura Universidade: o Instituto de Serviço Social, fundado em 1935; o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), aberto pelos Institutos Religiosos em 1962; e o Instituto de Cultura Superior Católica, inaugurado pelo Patriarcado em Janeiro de 1964 com os cursos de Teologia, Filosofia e Ciências Religiosas<sup>120</sup>. O mesmo elenco e igual desiderato figuram na Pastoral sobre a Universidade Católica de 16 de Janeiro de 1965<sup>121</sup>.

No ambiente de confiante expectativa que então se vivia, estas instituições eram consideradas como núcleo embrionário da futura Universidade Católica.

Mas a Congregação, depois de alguma expectativa<sup>122</sup>, acabou por afastar a hipótese da integração universitária dos cursos do Instituto de Cultura Superior Católica por motivo da sua orgânica escolar designadamente a insuficiência dos tempos lectivos para mais leccionados em horário pós-laboral<sup>123</sup>.

A Teologia começou então a ser repensada em moldes novos, sem vinculação estrutural àquele Instituto. Todavia, é de justiça referir que o Instituto de Cultura Superior Católica, no seu nível, realizou trabalho meritório na promoção da cultura filosófico-

---

<sup>119</sup> Carta do cardeal Pizzardo ao cardeal Cerejeira, de 27 de Novembro de 1962 (ACCUCP, caixa 2, pasta de «Correspondência com a Santa Sé»).

<sup>120</sup> Cópia em ACCUCP, caixa 2, *ibidem*.

<sup>121</sup> *Lumen*, 29 (1965) 8-12; cf. 11.

<sup>122</sup> Carta do cardeal Pizzardo ao cardeal Cerejeira, de 20 de Janeiro de 1965, em ACCUCP, caixa 2, pasta de «Correspondência com a Santa Sé». «I cinque corsi per ora funzionanti potranno inserirsi, con opportuni adattamenti, nelle rispettive Facoltà da erigere».

<sup>123</sup> Carta dos cardeais Pizzardo e Garrone ao cardeal Cerejeira, de 31 de Março de 1966, em ACCUCP, caixa 2, *ibidem*.

-teológica e serviu de proveitoso tirocínio para os professores que dele transitaram para a Faculdade de Teologia<sup>124</sup>.

Por motivos análogos de natureza académica a Congregação dos Seminários e Universidades também não patrocinou a integração dos outros dois Institutos na Universidade Católica. Assim sendo e sob os auspícios da Comissão Instaladora, um especialista elaborou entre 1965-1967 o plano de uma Escola de Ciências Sociais. Em princípios de 1968 a Congregação louvou a qualidade deste trabalho e manifestou a sua disponibilidade para atribuir categoria universitária à nova Escola<sup>125</sup>. Mas também aqui os acontecimentos seguiram outro rumo. A Escola de Ciências Sociais não chegou a ser instituída, mas os estudos feitos nessa perspectiva foram aproveitados na planificação do primeiro Curso da Faculdade de Ciências Humanas, inaugurado em Outubro de 1972.

A abertura de cursos não eclesiásticos na Universidade Católica pedia garantias prévias de reconhecimento oficial dos diplomas. Para esse efeito, o cardeal Cerejeira solicitou *pareceres jurídicos* a conceituados especialistas sobre o enquadramento legal da Universidade Católica à luz da Constituição de 1933 e da Concordata de 1940. No seu arquivo encontram-se vários pareceres, redigidos entre 1965 e 1968<sup>126</sup>.

Entretanto, noutro plano, deu-se um passo decisivo. A 29 de Junho de 1967 o cardeal Cerejeira benzeu e colocou a *primeira pedra da sede da Universidade Católica* na presença de membros do Governo, reitores das Universidades de Lisboa, autoridades civis, benfeitores e numeroso público. Na alocução que então proferiu D. Manuel referiu-se ao cinquentenário das Aparições de Nossa Senhora de Fátima e ao início do Ano da Fé proclamado pelo papa Paulo VI por ocasião do martírio de S. Pedro e S. Paulo cuja festa litúrgica se celebrava nesse dia e enquadrou nessas perspectivas eclesiais a missão evangelizadora da Universidade Católica<sup>127</sup>.

---

<sup>124</sup> Sobre o Instituto de Cultura Superior Católica, cf. ANTÓNIO MONTES MOREIRA, *Curso de Ciências Religiosas*, em *Didaskalia*, 6 (1976) 211-212, nota 3.

<sup>125</sup> Informação dada por D. João Saraiva, bispo do Funchal, em carta ao cardeal Cerejeira, escrita em Roma a 12 de Fevereiro de 1968 e conservada no ACCUCP, caixa 2, *ibidem*.

<sup>126</sup> ACCUCP, caixa 2, pasta intitulada «Problemas jurídicos».

<sup>127</sup> Texto completo em *Obras Pastorais*, VII (1964-1970), Lisboa, 1970, 229-235. Por lapso, na p. 229 refere-se a data de 30 de Junho de 1967.

Com este jubiloso acontecimento o velho sonho do cardeal Cerejeira começava a tornar-se realidade concreta.

#### 2.4. Abertura ao público da Faculdade de Filosofia de Braga como primeira Faculdade da Universidade Católica Portuguesa (1967)

A Universidade Católica Portuguesa iria principiar em Braga com a abertura ao público da Faculdade de Filosofia desta cidade, pertencente à Companhia de Jesus e até essa data reservada a professores e alunos jesuítas.

Esta instituição beneficiava de larga experiência académica. Fundada em 1934 como Instituto de Filosofia Beato Miguel de Carvalho, o seu curso foi reconhecido em 1942 pelo Ministério da Educação Nacional como Curso Superior de Ciências Filosóficas. Em 1945 iniciou a publicação da *Revista Portuguesa de Filosofia* e em 1955 organizou o I Congresso Nacional de Filosofia. Entretanto, em 1947 o Instituto fora elevado a Faculdade Pontifícia de Filosofia e em 1966 veio a ser reconhecido pelo Ministério da Educação Nacional como Instituto Superior de Filosofia.

O plano de Cerejeira não contemplava a abertura ao público da Faculdade de Filosofia de Braga paralelamente à Universidade Católica cuja localização estava pensada unicamente para Lisboa. O Patriarca não favorecia tal solução por motivos que explicou por escrito, julgo que pela primeira vez, numa carta ao cardeal Pizzardo de 29 de Março de 1954.

No seu projecto a Universidade da Igreja devia ter a sua própria Escola de Filosofia na perspectiva do diálogo interdisciplinar com a Teologia. E na carta ao Doutor Salazar, escrita apenas quatro dias antes, Cerejeira quase limitava o núcleo inicial da Universidade às Faculdades eclesiásticas para as quais, incluindo a de Filosofia, não havia ainda garantias de reconhecimento civil<sup>128</sup>. Assim sendo, a Universidade Católica nos primeiros tempos teria poucos estudantes leigos e devia contar sobretudo com alunos vindos dos seminários diocesanos e religiosos. Por isso, seria bem difícil manter a Universidade Católica dividindo entre Lisboa e Braga os alunos,

---

<sup>128</sup> Cf. nota 105 e texto correspondente.

que a princípio seriam muito pouco numerosos, tanto mais que era preciso enviar ainda alguns ao Colégio Português de Roma<sup>129</sup>.

Esta não era uma opinião isolada do cardeal Cerejeira. Foi partilhada por todos os prelados na assembleia plenária de 27-28 de Junho de 1955, à qual, todavia, não pôde estar presente o arcebispo de Braga D. António Bento Martins Júnior<sup>130</sup>.

Passaram quase dez anos. A 25 de Novembro de 1964 o cardeal Pizzardo consultou formalmente o patriarca de Lisboa sobre a abertura da Faculdade de Braga a estudantes leigos<sup>131</sup>.

Na resposta de 31 de Dezembro seguinte, o Patriarca manteve o mesmo ponto de vista, mas sem afastar a hipótese de reapreciação do problema. Por um lado, parece-lhe que a abertura da Faculdade «não é conveniente, ao menos antes da inauguração da Universidade Católica e após verificação de que a não prejudica». Por outra parte, diz, «se, tudo pesado e chegado o momento oportuno, se fizer a abertura, creio que se deveria começar por abri-la a leigos e de modo nenhum a eclesiásticos. Receio que a abertura prematura a eclesiásticos prejudique a sua frequência da Universidade Católica. Todos os estudos, previsões e cálculos foram feitos contando com eclesiásticos de todas as dioceses e Braga é a segunda em população»<sup>132</sup>.

Esta forma de equacionar o caso dos alunos eclesiásticos está marcada pelas circunstâncias da época. A meio dos anos sessenta registava-se ainda elevada concorrência de alunos aos cursos de filosofia dos seminários. Mas logo a seguir principiou uma drástica redução da frequência desse nível de estudos. Por outro lado, a abertura da Faculdade de Filosofia a leigos correspondia a uma certa procura do público civil por algum reconhecimento oficial de que os seus cursos já começavam a beneficiar.

Finalmente, quase três anos depois, a Congregação dos Seminários e Universidades, obtida para isso a aquiescência do patriarca

<sup>129</sup> No ACCUCP, caixa 2, pasta de «Correspondência com a Santa Sé», encontra-se apenas o rascunho manuscrito, e às vezes rasurado, desta carta do patriarca de Lisboa ao cardeal Pizzardo (29 de Março de 1954).

<sup>130</sup> Informação dada pelo patriarca de Lisboa em carta ao cardeal Pizzardo, de 23 de Abril de 1956 (cópia no ACCUCP, caixa 2, *ibidem*).

<sup>131</sup> ACCUCP, caixa 2, *ibidem*. A carta traz a menção de «riservatissima» e pede o parecer do cardeal Cerejeira também «in via riservatissima».

<sup>132</sup> Cópia da carta de Cerejeira no ACCUCP, caixa 2, *ibidem*.

de Lisboa, optou por solução diferente do mero paralelismo de instituições autónomas e decidiu abrir ao público a Faculdade de Filosofia de Braga no quadro da Universidade Católica Portuguesa. Mais ficou previsto que a Faculdade de Filosofia se estenderia logo que possível à capital sem abandonar a sua sede originária de Braga. Estas disposições ficaram consignadas no decreto *Lusitanorum nobilissima gens*, de 13 de Outubro de 1967, que erige a Faculdade de Filosofia de Braga como a primeira Faculdade da UCP<sup>133</sup>.

O modelo institucional encontrado para a Faculdade de Filosofia de Braga permitiu superar o velho dilema sobre a localização do Instituto Católico, largamente debatido entre 1922 e 1932 em função da disjuntiva Coimbra ou Lisboa. Ao integrar Braga a UCP escolheu a via da abrangência e da regionalização, que posteriormente seguiu também em relação ao Porto, Viseu e Funchal.

### **3. Da fundação ao reconhecimento oficial da Universidade Católica Portuguesa (1967-1971)**

Os breves quatro anos deste período ficaram assinalados por três acontecimentos decisivos na história da UCP: a abertura da Faculdade de Teologia em 1968, a inauguração da sede central da UCP em Lisboa também em 1968 e sobretudo o seu reconhecimento oficial, civil e canónico, em 1971.

Por outro lado, foi também nesta época, a 10 de Maio de 1971, que o papa Paulo VI aceitou o pedido de resignação de D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao cargo de patriarca de Lisboa.

#### **3.1. Abertura da Faculdade de Teologia de Lisboa**

De 12 a 15 de Dezembro de 1967 realizou-se em Fátima uma das habituais reuniões da Conferência Episcopal sob a presidência do cardeal Cerejeira. O prosseguimento das diligências com vista à implantação da UCP em Lisboa foi um dos principais tópicos da agenda. As orientações tomadas foram consignadas pela Comissão Episcopal para a Universidade Católica num «Memorial sobre a

---

<sup>133</sup> Original latino em ANTÓNIO MONTES MOREIRA, *A criação da Universidade Católica Portuguesa e da Faculdade de Teologia*, em *Didaskalia*, 1 (1971) 193-194.

Universidade Católica Portuguesa», datado de 6 de Janeiro de 1968 e enviado pouco depois através da Nunciatura Apostólica à Congregação da Educação Católica, nova designação da Congregação dos Seminários e Universidades<sup>134</sup>.

Em resposta a este memorial, a Congregação consentiu na abertura do 1.º ano da Faculdade de Teologia em Outubro seguinte desde que o plano global da sua orgânica administrativa e académica fosse considerado satisfatório segundo orientações transmitidas na mesma oportunidade. Esta decisão foi comunicada ao Patriarca pelo nuncio apostólico Mons. Giuseppe Sensi em carta de 3 de Abril<sup>135</sup>.

No seguimento das disposições favoráveis da Congregação, o cardeal Cerejeira em Abril e Julho orientou pessoalmente várias sessões de trabalho com um grupo de professores indigitados para leccionar na futura Faculdade. Por sua vez, em meados de Junho o Director da Faculdade de Filosofia de Braga, Doutor José Bacelar e Oliveira, S.J., cujo mandato estava a expirar, foi designado Vice-Reitor da UCP em exercício de funções de Reitor<sup>136</sup>.

A Congregação formulou ainda observações num «Appunto» de 20 de Agosto e em carta explicativa do dia 25 anotava que «antes, portanto, de pensar na inauguração da Universidade Católica em Lisboa será necessário dissipar todas as dúvidas e incertezas contempladas no Appunto»<sup>137</sup>. As hesitações da Congregação não se referiam apenas à Faculdade de Teologia, mas ainda a vários pontos da orgânica prevista para a Universidade em geral.

O início do ano escolar aproximava-se. Perante a urgência da situação, em meados de Setembro o cardeal Cerejeira mandou

<sup>134</sup> Cópia do Memorando no ACCUCP, caixa 2, *ibidem*.

<sup>135</sup> Fotocópia desta carta no ACCUCP, caixa 2, *ibidem*, sem o anexo do original com algumas considerações da Congregação.

<sup>136</sup> Informação dada pelo cardeal Cerejeira em anotações manuscritas, marginais e interlineares, a um «Appunto» da Congregação sobre a UCP, datado de 20 de Agosto de 1968 (cf. o original anotado do «Appunto» no ACCUCP, caixa 2, *ibidem*). A escolha do Doutor José Bacelar para Vice-Reitor já tinha sido feita na reunião da Conferência Episcopal de 12-15 de Dezembro de 1967. Mas nessa altura o Episcopado colocava-se ainda na perspectiva de «que o Reitor da UCP fosse um Bispo, assistido por um Vice-Reitor competente e diligente, que assumisse as obrigações ordinárias do cargo» (Memorial sobre a UCP, de 6 de Janeiro de 1968, enviado para Roma através da Nunciatura; cópia no ACCUCP, caixa 2, *ibidem*).

<sup>137</sup> Ambos os documentos no ACCUP, caixa 2, *ibidem*.

a Roma o Vice-Reitor que levou consigo novo relatório. Esta missão foi coroada de êxito. A 19 de Setembro o Doutor Bacelar comunicou por via telegráfica a Sua Eminência que a Congregação autorizava o início da nova sede universitária e de um período experimental dos estudos de dois ciclos da Faculdade de Teologia e também aprovava as nomeações para os cargos directivos previstos<sup>138</sup>.

A Comissão Episcopal da UCP, em Comunicado de 7 de Outubro, tornou públicas as seguintes decisões: nomeação do Doutor José Bacelar e Oliveira, S.J., para primeiro Vice-Reitor da UCP por um triénio, em exercício de funções ao nível de Reitor; abertura dos cursos da Faculdade de Teologia; nomeação do Director e do Secretário desta nova Escola da UCP, respectivamente, Mons. José Filipe Mendeiros e o signatário; e inauguração da sede central da UCP<sup>139</sup>.

A inauguração dos cursos de Teologia efectuou-se a 4 de Novembro, decorreu em ambiente de extrema simplicidade, sem carácter público, e constou de celebração eucarística e breve sessão académica, ambas presididas pelo cardeal Cerejeira, Cancelário da UCP, como então se traduzia a expressão latina «Cancelarius». Na homilia de circunstância D. Manuel pôs em relevo o significado histórico do acontecimento, frisou que o vazio criado pela supressão em 1910 da Faculdade de Teologia de Coimbra (de que era diplomado) começava a ser preenchido e consagrou a nova Faculdade e toda a UCP ao Imaculado Coração de Maria<sup>140</sup>.

As aulas principiaram no dia seguinte, 5 de Novembro, com 65 alunos.

A nova Faculdade começava a funcionar em regime de autorização e de experiência mas, segundo normas particulares da Congre-

---

<sup>138</sup> Texto do telegrama: «Após duas reuniões acolhedoras mas exigentes rigorosas Congregação autoriza início nova sede universitário dum período experimental estudos Faculdade Teologia ambos ciclos. Determinará oficialmente respectivas condições. Aprova também nomeações para cargos directivos previstos ...» (ACCUCP, caixa 2, *ibidem*).

<sup>139</sup> Texto completo do Comunicado em ANTÓNIO MONTES MOREIRA, *A criação da Universidade Católica Portuguesa e da Faculdade de Teologia de Lisboa*, em *Didaskalia*, 1 (1971) 194-196.

<sup>140</sup> Cf. ANTÓNIO MONTES MOREIRA, *O primeiro triénio da Faculdade de Teologia (1968-1971)*, em *Didaskalia*, 1 (1971) 395-442; cf. 395-396 e 432-433.

gação, os seus cursos contavam já para efeito de concessão de graus académicos. A 14 de Abril de 1971 a Congregação, ainda antes da erecção canónica, autorizou a Faculdade a determinar o programa dos exames específicos dos graus académicos, nomeadamente do bacharelato<sup>141</sup>.

Por outro lado, em Nota de 1 de Outubro de 1968 a Congregação determinara que a Faculdade de Teologia no período inicial de funcionamento em regime de experiência devia fundar uma revista científica como testemunho do trabalho de investigação do corpo docente<sup>142</sup>. Esta directiva foi executada com o aparecimento da revista *Didaskalia* em Maio de 1971.

### 3.2. Inauguração da sede central da UCP em Lisboa

A 18 de Novembro de 1968, dia do 39.º aniversário da sua nomeação para patriarca de Lisboa, o cardeal Cerejeira convidou os benfeitores da UCP a visitar o edifício central da sede do novo estabelecimento universitário. As benemerências das individualidades convocadas justificavam esta visita de apresentação ainda antes da inauguração oficial. Em breve sessão o Patriarca agradeceu aos presentes a colaboração prestada à obra comum da Universidade Católica e expôs o programa desta no seu campo específico de criação e difusão de cultura cristã em nível superior.

A inauguração oficial realizou-se a 29 de Novembro, dia do 80.º aniversário natalício de Sua Eminência, e foi integrada nas comemorações da jubilosa efeméride celebradas em Lisboa por iniciativa de entidades eclesiásticas e civis. O acontecimento revestiu-se de marcada solenidade, a contrastar expressivamente com o aspecto familiar que adrede se imprimira à abertura dos cursos da Faculdade de Teologia.

Correspondendo ao convite da Reitoria da UCP e das Direcções das Faculdades de Teologia e de Filosofia, assistiram quase todos os Bispos da Metrópole, o Nuncio Apostólico, os Ministros da Educação Nacional e das Corporações e Previdência Social, os dois Subsecretários de Estado da Educação, os reitores das Universi-

---

<sup>141</sup> Carta do cardeal Gabriel Marie Garrone, prefeito da Congregação, ao Vice-Reitor da UCP sobre o regime de concessão de graus académicos pela Faculdade de Teologia, em *art. cit.*, 438-439.

<sup>142</sup> Original da Nota em ACCUCP, caixa 2, *ibidem*.

dades de Coimbra e Lisboa (Técnica e Clássica) e numerosas individualidades eclesiásticas, civis e académicas.

Como primeiro acto inaugural, o cardeal Cerejeira benzeu o edifício e renovou a consagração da Universidade Católica ao Imaculado Coração de Maria. Em seguida, efectuou-se a sessão académica no fim da qual, em inspirado discurso, o Cardeal-Patriarca sublinhou as coordenadas da missão cultural e apostólica da UCP<sup>143</sup>.

### 3.3. Preparação próxima da criação da Faculdade de Ciências Humanas

Ao longo do ano de 1968 não foi possível levar por diante os preparativos da execução do plano da Escola de Ciências Sociais. Também não teve seguimento a aspiração do cardeal Cerejeira de ver integrada na UCP o Instituto de Estudos Superiores de Évora, a que aludiu no supramencionado discurso de 29 de Novembro de 1968.

Entretanto, mantinha-se firme o propósito de abrir na UCP estudos superiores na área de Ciências Sociais e Humanas, como expressamente anunciara o Comunicado da Comissão Episcopal da Universidade Católica de 7 de Outubro de 1968. No discurso de 29 de Novembro Cerejeira referiu-se também ao mesmo projecto e, a propósito, agradeceu o generoso contributo oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian para a sua execução.

O relançamento dos trabalhos preparatórios da nova Faculdade — agora chamado de «Ciências Humanas» — só pôde começar em Abril de 1970 a partir de um amplo «Documento de Trabalho para o Planeamento da Faculdade de Ciências Humanas», redigido pelo Vice-Reitor.

Este documento-base foi apreciado em numerosas reuniões com personalidades de meios universitários e sociais do País e deu origem ao Curso de Ciências Sócio-Empresariais cujo plano de estudos foi apresentado ao Ministro da Educação Nacional, Doutor José Veiga Simão, a 11 de Maio de 1971.

---

<sup>143</sup> Texto do discurso em *Obras Pastorais*, VII (1964-1970), Lisboa, 1970, 241-251 e em *Lumen*, 32 (1968) 807-811. O texto publicado nas *Obras Pastorais* está incompleto; começa no apartado intitulado «O que é a Universidade Católica?».

O processo de aprovação do primeiro Curso da Faculdade de Ciências Humanas, e por conseguinte da própria Faculdade, estava bem encaminhado tanto no Ministério da Educação, em Lisboa, como na Congregação da Educação Católica, em Roma.

#### 3.4. Reconhecimento oficial, civil e canónico, da Universidade Católica Portuguesa em 1971

Sob o impulso do cardeal Cerejeira e do Vice-Reitor, as diligências para o reconhecimento formal da UCP principiaram em 1968 depois do estabelecimento da UCP em Lisboa com a abertura dos cursos da Faculdade de Teologia.

Pela importância e novidade do assunto — tratava-se do primeiro caso de oficialização de uma Universidade não estatal — o processo foi cuidadosamente apreciado pelos departamentos competentes do Ministério da Educação Nacional, nomeadamente pela 1.ª Secção da Junta Nacional de Educação. A proposta da UCP beneficiou de maneira indirecta do ambiente favorável criado pelo debate público sobre os Projectos de Reforma do Ensino, apresentados ao País pelo Ministro Veiga Simão em Janeiro de 1971.

A 11 de Maio de 1971 o Ministro da Educação recebeu em audiência uma «Comissão para o estudo e apoio do projecto da Universidade Católica Portuguesa», formada por professores das quatro Universidades que então existiam na Metrópole. A Comissão solicitou ao Ministro o reconhecimento oficial da UCP e expôs o plano da projectada Faculdade de Ciências Humanas e designadamente do que então se chamava Escola de Ciências Sócio-Empresariais.

A 29 de Junho seguinte, data da transmissão de funções do cardeal Cerejeira ao seu sucessor no Patriarcado de Lisboa, os jornais publicavam uma informação do Ministério da Educação que anunciava o propósito do Governo de reconhecer em breve a Universidade Católica. Em carta ao Vice-Reitor de 5 de Julho o Presidente do Conselho, Doutor Marcello Caetano, esclareceu mais e disse: «Bem quis que o diploma aparecesse antes da saída do Cardeal Cerejeira; mas a máquina do Estado é pesada ...»<sup>144</sup>.

---

<sup>144</sup> Apontamentos pessoais do signatário, como Secretário da Faculdade de Teologia desde 1968 a 1981.

O Decreto-Lei nesse sentido foi aprovado em Conselho de Ministros a 6 de Junho e publicado no *Diário do Governo* no dia 15 de Julho sob o número 307/71<sup>145</sup>.

Este diploma define a UCP como «pessoa colectiva de utilidade pública» e «instituição de carácter federativo» (o que nessa altura constituía feliz inovação) e atribui aos seus graus e diplomas o mesmo valor que aos das restantes universidades portuguesas. Por outro lado, o Decreto menciona e reconhece expressamente a Faculdade de Teologia. O Governo reafirmava deste modo a «dignidade universitária da Teologia»<sup>146</sup> e preenchia a lacuna aberta em 1910 com a supressão da Faculdade de Teologia de Coimbra.

Ao publicar o Decreto-Lei por ocasião da despedida do cardeal Cerejeira, foi também intenção do Governo homenagear o esforçado promotor da UCP durante meio século. A delicadeza do gesto, manifestada pela coincidência de datas, realçava a justiça da homenagem.

O reconhecimento civil da UCP ocorreu antes da sua instituição canónica. Tal facto não deve causar estranheza. A Santa Sé prefere erigir apenas as instituições universitárias católicas que ofereçam garantias de nível científico nunca inferior aos padrões académicos do respectivo país.

O processo de erecção canónica da UCP atingiu um ponto decisivo em Fevereiro de 1971 por ocasião de nova ida do Vice-Reitor a Roma para consultas na Congregação da Educação Católica.

O facto de a Faculdade de Filosofia de Braga beneficiar já de erecção canónica, a rodagem da Faculdade de Teologia ao longo de um triénio de experiência, o trabalho efectuada com vista ao lançamento da Faculdade de Ciências Humanas, as perspectivas de reconhecimento da Universidade da Igreja pelo Estado no contexto da Reforma do Ensino anunciada em Janeiro desse ano pelo Ministro da Educação Nacional — tudo isso recomendava a

---

<sup>145</sup> *Diário do Governo*, I série, n.º 165, 15 de Julho de 1971, 1019-1020. Transcrição em ANTÓNIO MONTES MOREIRA, *O primeiro triénio da Faculdade de Teologia (1968-1971)*, em *Didaskalia*, 1 (1971) 439-442.

<sup>146</sup> Expressão feliz de um autorizado comentador do Decreto-Lei n.º 307/71, o Prof. ANTÓNIO L. DE SOUSA FRANCO, *O reconhecimento oficial da Universidade Católica*, em *Brotéria*, 93 (1971) 435-478 e em *Didaskalia*, 1 (1971) 367-393; cf. 467 e 392.

aprovação eclesiástica definitiva da UCP. O reconhecimento civil conferido pelo Governo em Julho veio naturalmente apressar a conclusão favorável do processo.

Os decretos de erecção canónica foram emitidos com data de 1 de Outubro de 1971 e comunicados a D. António Ribeiro, novo Magno Chanceler da UCP, em fins de Novembro.

Eram três os decretos de erecção: respectivamente, da UCP, da Faculdade de Teologia e da Faculdade de Ciências Humanas<sup>147</sup>. Esta não estava ainda a funcionar, mas as diligências nesse sentido apresentavam boas perspectivas. De facto, isso só veio a acontecer no início do ano lectivo de 1972-1973 após despacho favorável do Ministro da Educação, Doutor Veiga Simão, de 29 de Outubro de 1972. O novo Curso começou logo a funcionar e foi o primeiro na área da Gestão a ser leccionado no País em nível universitário.

#### 4. Últimos anos do Cardeal Cerejeira (1971-1977)

Na última parte desta comunicação limito-me a referir contactos que o cardeal Cerejeira manteve com a UCP depois da sua resignação. Para além do apontamento de crónica, adivinhamos neles o seu carinho pela instituição que fundara.

O cardeal Cerejeira transmitiu o governo do Patriarcado de Lisboa a 29 de Junho de 1971 numa celebração eucarística marcada por expressivo ambiente de saudade e gratidão. A UCP esteve presente em dois momentos da celebração por iniciativa sua: na referência do seu discurso de despedida<sup>148</sup> e no gesto fidalgo e desprendido de destinar a colecta à futura Faculdade de Ciências Humanas.

Depois, a 7 de Outubro seguinte<sup>149</sup>, Cerejeira recolheu à Casa de Retiros do Bom Pastor, na Buraca, para bem merecido repouso após frutuoso pontificado de 42 anos de duração, o mais longo na série dos prelados lisbonenses. E de lá continuou a acompanhar

---

<sup>147</sup> Os decretos de erecção canónica da UCP e da Faculdade de Teologia foram publicados pelo signatário na crónica *A erecção canónica da Universidade Católica Portuguesa e da Faculdade de Teologia de Lisboa*, em *Didaskalia*, 2 (1972) 209-214.

<sup>148</sup> D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, *Na hora da despedida*, Lisboa, 1971, 14.

<sup>149</sup> MOREIRA DAS NEVES, *Cardeal Cerejeira — O Homem e a Obra*, Lisboa, 1988, 181.

a vida da Universidade, como testemunham declarações suas ao semanário católico *Nova Terra* e o depoimento de Mons. Moreira das Neves na sua recente biografia<sup>150</sup>.

A 7 de Março de 1972 o Patriarca resignatário presidiu na sede central da UCP a um solene acto académico promovido pela Reitoria com duas finalidades: comemorar o reconhecimento civil da Universidade Católica pelo Governo mediante o Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de Julho, e publicar os decretos de erecção canónica da Universidade e da Faculdade de Teologia pela Congregação da Educação Católica, datados de 1 de Outubro de 1971; e ainda homenagear D. Manuel Gonçalves Cerejeira, fundador da UCP, e D. António Ribeiro, novo Patriarca de Lisboa e Magno Chanceler da Universidade.

Na mesa da presidência, além dos homenageados, sentaram-se as seguintes individualidades: Prof. Vítor Crespo, Director-Geral do Ensino Superior, em representação do Ministro da Educação Nacional, Prof. José Veiga Simão (que não pôde comparecer por motivo da realização simultânea do Conselho de Ministros); reitores ou delegados da Universidade de Coimbra e das duas então existentes em Lisboa; o Prof. Hervé Carrier, S.J., reitor da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e presidente da Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC); e o Prof. José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, vice-reitor da Universidade Católica Portuguesa.

A encerrar a sessão solene, o cardeal Cerejeira exprimiu o seu reconhecimento ao Presidente do Conselho, Prof. Marcello Caetano, e ao Ministro da Educação Nacional pela aprovação do estatuto legal da UCP e recordou com emoção o momento em que meio século antes viera de Coimbra a Lisboa, ao Congresso do Centro Católico de 1922, apresentar a ideia da fundação de um Instituto Católico Português. O sonho embrionário de há cinquenta anos estava agora concretizado na promissora realidade da UCP, oficialmente reconhecida pelo Governo Português e pela Santa Sé.

Depois da sessão, o Prof. Vítor Crespo descerrou uma lápide latina de homenagem ao cardeal Cerejeira no átrio do auditório principal do primeiro edifício da UCP. Com idêntico propósito de homenagear o fundador da Universidade, na manhã desse festivo dia 7 de Março fora também colocado no mesmo auditório um

---

<sup>150</sup> *Op. cit.*, 160.

retrato de Sua Eminência executado em 1950 pelo pintor António Soares, o qual em Novembro de 1987 transitou para o átrio da Biblioteca Universitária João Paulo II.

A última cerimónia do acto académico foi o descerramento de outra lápide latina no auditório inferior do mesmo pavilhão, comemorativa da peregrinação a Fátima do papa Paulo VI a 13 de Maio de 1967 em avião dos Transportes Aéreos Portugueses. Como os jornais a seu tempo haviam informado, a 12 de Maio de 1968 a TAP ofereceu ao cardeal Cerejeira, para ser aplicado na Universidade Católica, a importância que o Vaticano insistira em satisfazer pela viagem a Fátima do Santo Padre e da sua comitiva na data jubilar do cinquentenário das Aparições. Deste modo, o gesto mecénico da TAP ligou a história da UCP à peregrinação de Paulo VI ao santuário da Cova da Iria<sup>151</sup>.

D. Manuel voltou à UCP a 3 de Novembro de 1972 para assistir à visita feita nesse dia à sede central de Lisboa pelo cardeal Gabriel Marie Garrone, prefeito da Congregação da Educação Católica, acompanhado de Mons. Marchisano, subsecretário do mesmo dicastério romano. Nessa oportunidade e na presença dos dois purpurados e do Magno Chanceler, foi assinado o auto de posse do primeiro reitor e do novo vice-reitor da UCP — respectivamente, Prof. José Bacelar e Oliveira, S.J., e Prof. José Enes Pereira Cardoso. O cardeal Garrone aproveitou a circunstância para felicitar o cardeal Cerejeira e o Reitor pelos trabalhos feitos para a fundação da UCP.

Anotei referências a outras vindas do Patriarca resignatário à sede central da UCP.

A 21 de Novembro do mesmo ano presidiu no auditório principal a uma conferência do Prof. Jean Piveteau, de Paris, sobre «L'apparition de l'homme dans la création», à qual também assistiu o Embaixador da França Jacques Tiné.

A 28 de Março de 1974 o cardeal Cerejeira participou na visita que o Embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried Von Holleben, fez à UCP para a entrega oficial à Biblioteca dos quase 250 volumes da célebre colecção «Monumenta Germaniae Historica». D. Manuel, evocando os seus tempos antigos de pro-

---

<sup>151</sup> Notícia mais completa em ANTÓNIO MONTES MOREIRA, *A erecção canónica da Universidade Católica Portuguesa e da Faculdade de Teologia de Lisboa*, em *Didaskalia*, 2 (1972) 205-208.

fessor de História da Idade Média em Coimbra, agradeceu a valiosa oferta em nome da Universidade.

Como é sabido, o cardeal Cerejeira publicou nova edição da sua tese de doutoramento sobre o humanista Clenardo em 1974-75<sup>152</sup>. Durante os trabalhos preparatórios efectuou consultas na biblioteca da Universidade Católica. Eu próprio o acompanhei numa dessas visitas.

Merece também registo e agradecimento o facto de Cerejeira ter legado à UCP o seu arquivo sobre a história da fundação da Universidade a partir de 1921. São centenas de peças — cartas, relatórios, textos legais, pareceres, recortes de imprensa, documentação de outras Universidades e Faculdade, etc — que ele seriou ordenadamente em catorze caixas e depositou na sede central de Lisboa depois da resignação.

Dois meses e meio antes da sua morte, D. Manuel acompanhou ainda o doutoramento «honoris causa» em Teologia pela UCP do cardeal Humberto Medeiros, de Boston, efectuado em Lisboa a 16 de Maio de 1977. Foi uma cerimónia de grande dignidade universitária a que assistiram um representante do Presidente da República e o Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares. O Patriarca resignatário não pôde comparecer pessoalmente devido ao seu estado de saúde. Mas, conforme anota Mons. Moreira das Neves, seguiu parte da transmissão da Rádio Renascença e manifestou vivo interesse em receber mais informações sobre o acontecimento<sup>153</sup>.

\*

\*   \*   \*

Termino por onde comecei, por uma referência às palavras finais do discurso do cardeal Cerejeira na inauguração da sede central da UCP em Lisboa em 1968.

O insigne Patriarca foi o primeiro na obra da fundação da Universidade Católica. «Ir à frente», é função do bispo, como sublinhou o papa João Paulo II na alocução aos nossos prelados em

---

<sup>152</sup> *O Renascimento em Portugal, I: Clenardo e a sociedade portuguesa (com a tradução das suas principais cartas)*, Coimbra, 1974; II: *Clenardo — O Humanismo, a Reforma*, Coimbra, 1975.

<sup>153</sup> MOREIRA DAS NEVES, *Cardeal Cerejeira — O Homem e a Obra*, Lisboa, 1988, 187.

Fátima a 13 de Maio de 1982 <sup>154</sup>. Ao deixar-nos a Universidade «quase como um testamento» (são palavras suas), pediu aos católicos do País que a tomassem nas mãos <sup>155</sup>.

A obra agora é nossa — de toda a Igreja em Portugal e particularmente de quantos trabalhamos na UCP. Pertence-nos dar-lhe vida e sentido como instrumento da acção da Igreja ao serviço da comunidade nacional e da evangelização da cultura.

*António Montes Moreira, O.F.M.*  
Rua de Silva Carvalho, 34  
1200 LISBOA

---

<sup>154</sup> *Discursos do Papa João Paulo II em Portugal*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 1982, 57.

<sup>155</sup> Cf. texto correspondente à nota 1.